



ESTADO DE RONDÔNIA

DIÁRIO

OFICIAL

DA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Nº 83

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 4 DE JULHO DE 2007

ANO XXV

SUMÁRIO

4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 1ª SL
ATOS DIVERSOS
EDITAL DE LICITAÇÃO

4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA.
Em 19 de junho de 2007.

"PARA DISCUTIR SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO
COMPLEXO DAS
HIDRÉLÉTRICAS DO RIO MADEIRA".

Presidência dos Srs.
Alex Testoni – 1º Vice-Presidente
Jesualdo Pires – 1º Secretário
Neri Firigolo – Deputado

(Às 9 horas e 58 minutos é aberta a sessão).

COMPARECEM OS SENHORES: Wilber Coimbra (PSB), Jesualdo Pires (PSB), Valdivino Rodrigues (PRP), Euclides Maciel (PSL), Alex Testoni (PTN), Miguel Sena (PV), Daniela Amorim (PTB) e Valter Araújo (PTB), Neri Firigolo (PT).

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) – Bom dia. A Assembléia Legislativa realiza nesta data a Audiência Pública com a finalidade de discutir sobre a implantação do complexo hidrelétrico do rio Madeira.

Para presidir esta Audiência Pública convido Excelentíssimo Sr. Deputado Estadual Alex Testoni primeiro Vice-Presidente da Assembléia. Excelentíssimo Sr. Deputado Neri Firigolo, proponente desta Audiência Pública juntamente

com os Deputados Dr. Ribamar e Professor Dantas. Excelentíssimo Sr. Dr. Ivo Benitez Procurador Geral de Justiça em exercício, Excelentíssimo Sr. Deputado Estadual Jesualdo Pires, primeiro Secretário da Assembléia Legislativa. Excelentíssimo Sr. Doutor Geraldo Sena Presidente do CREA/RO, engenheiro Jorge Luiz da Silva Alves, representante do Comitê Pró-Usina, e o senhor Francisco Linhares, Presidente da FECOMERCIO.

O SR. PRESIDENTE (Alex Testoni) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 4ª Audiência Pública para discutir sobre a implantação do complexo hidrelétrico do Madeira.

Solicito ao Sr. mestre de cerimônia que registre a presença das autoridades presentes.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) – Excelentíssimo Srs. Deputados Estaduais Maurinho Silva, Valdivino Rodrigues, Excelentíssima Sra. Deputada Daniela Amorim, senhora Irany Freire Bento - Presidente da FASER, senhor Major PM Antonio Vicente Cargnin - representando o Secretário de Estado da Segurança Defesa e Cidadania, Dr. Deraldo Scatalon, Diretor Geral da Polícia Civil em exercício, Antonio Marrocos Neto - representando a FIERO, professor Fernando Fernandes da UNIRON/UNIPEC, professor Juarez do Prado da UNIRON/UNIPEC, senhora Maria Aparecida - representante da Faculdade FIP, Professora Maria Aparecida Gigliotti - representando a FARO, professor Edílson Gomes - coordenador da ULBRA, o senhor Antonio Marcos - representando o SINGARO (sindicato do Comércio Atacadista de Gêneros Alimentícios), senhora Jolita Schrinder - representando o SINDPETRO, o senhor Francisco Souza Sampaio - representando a Força Sindical, senhora Maria Alves Barros Vice-Presidente da Associação Beneficente Nação Profética, Jair Bruxel e Valdemir Aguiar, Assessores da Senadora Fátima Cleide; Sr. Israel Trindade, representando a UERES; Sr. Gilberto Miotto, Diretor do CEMETRON; Sr. José Arlindo Vizalli - representando a ASMERON - Associação dos Supermercados de Rondônia; e Sr. Antônio Ribeiro - Presidente do Sindicato dos Lojistas do Estado de Rondônia - SINDLOJAS.

Convido à Mesa, com deferência do Sr. Presidente desta

Sessão, o Exmº Sr. Eduardo Valverde, Deputado Federal.

Pronto, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Testoni) - Concedo a palavra ao autor do requerimento, o ilustre Deputado Neri Firigolo.

O SR. NERI FIRIGOLO – Sr. Presidente em exercício na Mesa Diretora, Deputado Alex Testoni, autoridades da Mesa, em nome do Deputado Eduardo Valverde eu gostaria de cumprimentar as autoridades que estão presentes aqui neste evento. Este requerimento foi um requerimento até solicitado juntamente ao Comitê, juntamente com os Deputados Ribamar Araújo e o Professor Dantas que assinam o Requerimento. A nossa preocupação, Sr. Presidente, convidados aqui presentes, senhores Deputados, é porque naquele instante que se instalou aquela usina ali de Itaipu, por mais que fosse uma divisão entre dois países, enfim, naquela oportunidade eu me encontrava trabalhando naquela época em Palotina. E naquela instalação daquele grande empreendimento se tornou, praticamente, um caos, um caos que eu digo benéfico, em toda aquela região. E esses dias, nós conversando, inclusive aqui com o Comitê, as pessoas representando o Comitê, alguns Deputados, de que nós vamos passar por essa, por esse momento também aqui no Estado de Rondônia e nós sabemos que desde Vilhena ou até na Ponta do Abunã com certeza vai ter muitas mudanças e muitas questões serão, vão aparecer nesse momento. E o Estado e o Município, ou seja, os Poderes, eu acho que têm que se preparar até para que a gente possa ajudar nesse empreendimento, que será um empreendimento de grande volume e um empreendimento muito grande.

Foi nesse sentido que nós colocamos esse requerimento, juntamente com outros Deputados, enfim, o próprio Comitê, o Comitê que também está muito preocupado com isso e muitas autoridades do Estado, alguns Prefeitos, nesse sentido, para que a gente possa debater ou tentar mostrar uma proposta, até porque aqui a gente precisa se preparar, que a gente sabe que em todas as áreas vai ter mudança mesmo que até forçada, mas vai existir isso. Eu não vou me alongar, até porque eu acho que o espaço é para debater, nós temos pessoas aqui para que possam nos ensinar até ter mais conhecimento na questão do meio ambiente. Enfim, nós estamos agradecendo as pessoas que estão aqui presentes em nome dos outros dois Deputados que também são do Partido dos Trabalhadores, o Professor Dantas e o Ribamar, e agradecer todas as pessoas que estão presentes, o Deputado Eduardo Valverde representando a bancada federal e a bancada de Rondônia, juntamente com as pessoas que estão envolvidas nesse empreendimento, que eu acho que é um empreendimento de todos nós do Estado de Rondônia. E com certeza será também da sociedade porque vai, como eu disse, ser em todas as camadas sociais, sejam elas na parte pública ou na parte privada também, que com certeza vai ter que se preparar, até porque se esse empreendimento com certeza vai trazer muitas pessoas e também entidades que poderão até preparar essas pessoas para que possam exercer funções,

ou seja, a questão de emprego e renda que com certeza nosso Estado será beneficiado. E, com certeza, o próprio Governo do Estado, Prefeitura do município de Porto Velho, eu acho que são as pessoas que são, hoje, os verdadeiros autores juntamente com os Poderes, para que a gente possa discutir e tentar preparar, ao menos amenizar essa situação que, com certeza, no futuro poderá trazer sérios problemas e eu acho que nós precisamos antecipar ou ao menos tentar se antecipar a esses problemas.

Então, eu vou deixar o espaço até para as pessoas discutirem. Eu estou preocupado realmente com isso e a minha intenção, juntamente com a dos Deputados, é tentar contribuir nesse grandioso projeto que é o Estado de Rondônia. Agradeço a presença de todas as pessoas e no mais muito obrigado, estarei aqui até junto para que a gente possa ouvir e até levar algumas mensagens ou tentar preparar alguns outros caminhos que com certeza terão que ser feitos até nos outros municípios do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Alex Testoni) – Concedo a palavra ao Excelentíssimo senhor Ivo Benitez, Procurador Geral do Ministério Público em exercício.

O SR. IVO BENITEZ – Muito bom dia a todos, um agradecimento especial não só por estar presente, mas por existir esta reunião, este encontro de pessoas interessadas em debater as questões, hoje, mais prementes do Estado de Rondônia, sem dúvida alguma que as hidrelétricas projetam para Rondônia um futuro novo, diferente, talvez até complicado, mas que exige exatamente da população e das autoridades essa necessidade de planejamento.

Então, senhor Presidente, Deputado Alex Testoni, Deputado Neri Firigolo que foi proponente juntamente com os demais Deputados, Deputado Dr. Ribamar e Deputado Professor Dantas, Deputado Jesualdo Pires; Dr. Geraldo Sena, do CREA; Jorge Luiz da Silva, representante do Comitê Pró-Usina; Dr. Francisco Linhares, já debatemos um pouco esse assunto; Deputado Federal Valverde; demais autoridades; pessoas aqui presentes; Deputada; outros Deputados que estejam presentes.

Eu gostaria de dizer aos senhores que essa preocupação com as alterações que poderiam ocorrer com o Estado de Rondônia em relação à usina vem de longe, felizmente. Nós do Ministério Público, por exemplo, desde o início, nos preocupamos com uma questão fundamental: quem iria cuidar das questões ambientais se viessem as usinas? Seriam os Procuradores da República, uma questão da área federal? Sim, e o Ministério Público Estadual como ficaria nessa situação? Olha, dentro do nosso sistema jurídico, do nosso sistema de organizações das instituições que trabalham na área, o Ministério Público Estadual não poderia se omitir, nós teríamos que ter também voz ativa, e de preferência pró-ativa, porque nós estamos em Rondônia e nós nos consideramos de Rondônia. Então o Ministério Público Federal tem a responsabilidade oficial de, certamente, fiscalizar, observar e então assume um papel relevante nesse aspecto de Ministério

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Adair Marsola
Divisão de Publicações e Anais - Domingos Sávio
Divisão de Taquigrafia - Elizete Oliveira Costa

O DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA FOI CRIADO PELA RESOLUÇÃO Nº 05/83, ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia
Palácio Teotônio Vilela
Rua Major Amarante, 390
Arigolândia
CEP 78.900-901 Porto Velho-RO

MESA DIRETORA

Neodi Carlos - Presidente
Alex Testoni – 1º Vice-Presidente
Miguel Sena – 2º Vice-Presidente
Jesualdo Pires – 1º Secretário
Chico Paraíba – 2º Secretário
Ezequiel Neiva – 3º Secretário
Maurinho – 4º Secretário

Controle geral de processamento: Domingos Sávio.
Controle de fluxo de documentos: Célia Aguiar
Correção Gramatical, Ortográfica e Redacional: Matias Mendes, Iris de Oliveira e Fátima Araújo.
Indexação e Processamento de textos: Sandra Almeida, Mariléia Azevedo, Juliana Antonia, Pedro Rocha e Fátima Albuquerque.
Revisão de textos: Maria do Socorro.
Revisão técnica final das sessões: Maria do Carmo e Edmilcia Fátima Martins.
Controle Digital e Diagramação: Ana Cristina Favacho e Robison Luz da Silva.
Distribuição e org. Anais: Terezinha Dias .

Público quanto às questões ambientais, mas nós que somos do Ministério Público Estadual, também temos a nossa experiência, a nossa vivência, o nosso conhecimento e observamos exatamente com este olhar que teve o Deputado Neri Firigolo sobre outras hidrelétricas construídas, as conseqüências, não só as boas conseqüências ou chamados impactos positivos, mas também os problemas que surgiram que são os impactos negativos.

Então nós começamos a observar os seguintes aspectos: as questões ecológicas, ligadas à natureza propriamente dita, teriam vários técnicos atuando, mas as questões de implicações sociais e econômicas, e aí vêm as questões urbanas, a nossa cidade de Porto Velho, por exemplo, nós observávamos que poucas pessoas estavam analisando. Então o Ministério Público do Estado de Rondônia se preparou com estudos amplos sobre a questão. Nós fizemos debates, nós levamos propostas e verificando então, hoje, essa reunião preocupando-se com os mesmos aspectos, nós nos sensibilizamos e sentimos-nos felizes por este evento, porque há necessidade sim de preparar não só essa parte que todo mundo quer chamar de meio ambiente, mas na verdade é muito ligado à ecologia, na questão das mudanças que o rio vai sofrer, mas nós, seres humanos, também sofreremos. Não pensem que não, nós também teremos influências e impactos. Quando eu digo sofreremos e vamos suportar situações que às vezes até serão boas no final, muitas pessoas certamente terão crescimento econômico, os filhos terão algum emprego, a empresa poderá desenvolver ou ter uma atividade melhor, mas também teremos um trânsito mais caótico, a dificuldade de funcionários, de professores, de segurança pública, de saúde.

Então, esses assuntos todos, nós estamos buscando discutir e outro aspecto interessante que essa reunião, Deputado Neri e senhor Presidente, de fator importantíssimo, e a presença do Deputado Valverde também nos dá essa idéia, porque Rondônia vem sofrendo, falando assim em termos políticos, de uma desunião que felizmente hoje nós observamos uma boa melhora, uma grande melhora, um avanço, porque nós estamos, aqui, numa situação de olhar que o Brasil precisa das hidrelétricas e para nós ela é apenas assim uma vantagem que nós teríamos de fornecer o rio Madeira para as hidrelétricas. E nós temos que olhar que este Brasil já sofreu muita exploração, desde os portugueses que levaram, no início, o pau-brasil, depois o nosso ouro, as nossas riquezas, os espanhóis e eu fico olhando quando eu visito a Europa, aquelas igrejas fabulosas em Portugal e na Espanha e outros países, aquele ouro incrustado nas paredes, parado ali, a gente vê que aquilo significa, rende muita cultura, muita história, mas não rendeu para o Brasil e também para eles uma certa riqueza no sentido de ampliar, diversificar essa exploração e a riqueza dos povos. Mas teve uma nação que explorou sempre, a gente observa isso na história, que foi a Inglaterra, por ser ela mesma a colonizadora e exploradora dos colonizadores também, Espanha e Portugal.

Então, as grandes riquezas não favoreceram o Brasil, nós vemos isso, o Brasil claramente sofreu e exportou essas riquezas sem trazer benefícios diretos para o Brasil. E nós vemos, senhores Deputados e políticos aqui presentes, que nós poderíamos, num momento desses, estar entregando o nosso rio Madeira sem que nada retorne para Rondônia. Esse é o nosso aspecto principal e primordial a ser discutido. Nós estamos deixando que o rio Madeira possa gerar energia e venha o Linhão trazendo energia de lá para cá para que a gente perca, por exemplo, os nossos ICMS aqui. Nós deixamos um Linhão e umas hidrelétricas se instalem em Rondônia e não ganhamos de presente o gasoduto, que seria uma troca muito interessante para Rondônia ter o gasoduto aqui. E aí vem outra discussão, que os técnicos têm que trazer para esclarecer para a população: por que o gasoduto é melhor? Porque traz mais tecnologia, vai trazer indústrias de ponta,

que apenas com as hidrelétricas não viriam. Onde tem geração de usina a gás, as indústrias são mais aprimoradas. Então isso que nós iríamos ver. Não é apenas o que eu tenho observado pela imprensa, que iria favorecer os nossos carros, os nossos taxistas. Isso não representa nada na questão do gasoduto e sim um futuro de implantação de um parque industrial tecnológico, de primeira linha, de Primeiro Mundo, nesta região amazônica que tem toda a infra-estrutura para distribuir essas riquezas, com esse rio, com a hidrovía, com os nossos aeroportos, com a nossa rodovia, com a nossa ligação com os países latino-americanos.

Então essa visão mais ampla que a gente quer trazer, quer buscar, quer debater para que a construção das hidrelétricas, quando ocorrer, nos tragam assim benefícios que nós dizemos hoje no meio ambiente: benefício sustentável, ou seja, ao longo do tempo, para que quando essa obra hidrelétrica termine os nossos operários, os nossos funcionários, os amigos e parentes que estejam trabalhando lá, tenham emprego em outro local, em outra situação para que não se caia na mesma situação que nós tivemos aqui com os garimpos. Quando o garimpo acabou, todo mundo desempregado, todo mundo na rua, situação difícil.

Então essa visão de futuro, esse olhar amplo é que o Ministério Público buscou nos estudos. Nós temos feito alguns levantamentos, felizmente nós já tivemos grandes avanços, tanto da Câmara de Vereadores quanto da Prefeitura, do DNIT, da área da saúde e outras áreas. E nós vemos assim a adesão hoje da Assembléia de uma forma bastante bonita, positiva e esperamos que isso renda frutos para este Estado de Rondônia e para essa população que bem merece. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alex Testoni) – Confirmar a presença do ilustre Deputado Miguel Sena; do senhor Jurandir Rodrigues de Oliveira, administrador de Jaci Paraná; do senhor Kruger Darwich, Vereador da Câmara Municipal de Porto Velho; do senhor Orlando Karitiana, representando a Associação do Povo Karitiana.

Com a palavra o Exm^o. Sr. Deputado Federal Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE – Bom dia. Cumprimento aqui o Deputado Estadual Alex Testoni, neste momento presidindo esta sessão; meu companheiro e amigo Deputado Neri Firigolo, que foi o autor do Requerimento; meu irmão Linhares, representando aqui a FECOMERCIO; os Deputados Jesualdo Pires, Tucura, Miguel Sena, Daniela Amorim; representando aqui a Câmara de Vereadores de Porto Velho, o nosso amigo Kruger; representando aqui as etnias que compõem aqui a rica região de Porto Velho, o nosso amigo Orlando Karitiana; o Marcos do Sindicato das Empresas Atacadistas; meu irmão e amigo Fernando Juarez da UNIRON; Dorival, companheiro e amigo; os representantes aqui da Associação dos Micros e Pequenos Empresários da Zona Leste, Regival; senhoras e senhores; o Procurador Ivo Benitez, neste momento representando aqui o Ministério Público de Rondônia.

Se nós estivéssemos fazendo este debate, talvez, há uns 40 anos atrás, certamente alguns temas que serão tratados aqui talvez fossem desnecessários. Há 40 anos atrás certamente o planeta não estaria passando por uma iminência de uma crise ambiental. Naquele momento todo projeto de desenvolvimento era pautado na queima de combustíveis fósseis. As nações buscavam, para alavancar o seu desenvolvimento, criar uma base energética de mais fácil acesso e mais barata e sempre foi o petróleo e o carvão, sempre foi o meio mais fácil e mais barato de criar uma matriz energética.

Nós não estamos vivendo há 40 anos atrás, estamos vivendo hoje, num momento, num contexto aonde o clima vai

se alterando, onde o aquecimento global é uma realidade e o planeta se encontra na busca de encontrar energia de fontes limpas. A última reunião do G8 realizada no mês passado, foi ponto, ou seja, nunca foi ponto de pauta do G8 a questão ambiental, nunca foi ponto de pauta. E agora foi o principal ponto de pauta e foram convidados os países emergentes, em especial o Brasil.

à primeira ordem poderia parecer ou representar que os países emergentes iriam pagar a conta pelo aquecimento global, eles teriam que refrear o seu desenvolvimento para que os países ricos pudessem dar continuidade ao seu desenvolvimento, continuando a queimar combustíveis fósseis e compensado à custa do desenvolvimento dos países emergentes um ônus de buscar alternativas energéticas. E o que se encontrou nessa reunião, embora não tenha tido nenhuma resolução, porque ainda há uma grande resistência, principalmente dos Estados Unidos, embora não tenha havido uma resolução, mas essa conta tem que ser compartilhada. Essa conta de buscar, de haver a mudança do paradigma energético tem que ser compartilhada. Os países centrais vão ter que, dentro de um processo de mudança, trocando o uso intensivo de combustíveis de fontes esgotáveis para fontes renováveis. Em particular, no Brasil, nós temos duas diferenças muito importantes que nos colocam na vanguarda desse processo: temos uma matriz energética onde 80% provém de bases hídricas e estamos muito avançados em todo o ciclo produtivo de energia de fontes renováveis, os biocombustíveis. Então, isso para nós é uma situação peculiar, a gente coloca na condição de uma nação que, além de ter internamente uma matriz energética basicamente de fonte limpa, coloca o mundo a condição de exportar bioenergéticos provindos de fontes renováveis. O que entra a questão do Madeira nesse contexto? O Madeira entra num contexto de manutenção da nossa matriz energética, de continuar tendo 80% da nossa fonte de energia provindos de fontes hídricas. É óbvio que, como na Amazônia, onde apenas 1/8 dos potenciais hidráulicos estão sendo aproveitados e no tocante de que o Sul e o Sudeste que hoje fornecem praticamente 70% dessa matriz energética, tirando Tucuruí, Balbina e Samuel, obviamente que para Amazônia, em face do seu grande potencial de hidroeletricidade, aponta para o Brasil, caso ele queira continuar a manter esse perfil, de talvez com a Rússia, um dos poucos países do mundo que têm a sua base energética de fontes limpas, de tomar uma decisão política de aproveitar corretamente esse potencial.

Quando se trata do Madeira, questão maior ainda tem que ser alavancada, que ele pode ser um paradigma, um paradigma importante para futuros aproveitamentos de outras fontes hidráulicas na Amazônia, de fazer um projeto que tenha como matriz, como parâmetro a sustentabilidade ambiental e social. Parâmetro esse que não foi observado em Tucuruí, que não foi observado em Balbina, que não foi observado em Samuel. Até para expandir, até para que o bom senso e o consenso social e as decisões políticas possam ser pautadas de maneira criteriosa, a cautela que está se tendo neste momento de fazer o licenciamento aqui do rio Madeira, dentro daquilo que a legislação ambiental brasileira determina, sem açodamento, porque não se trata tão-somente de mero aproveitamento de um potencial energético e sim da construção de um paradigma de aproveitamento de um potencial hidráulico em outras bases, que podem permitir que o Brasil continue a ter a sua base energética provida de fonte limpa. Por isso que é esse cuidado, é essa atenção que está se dando neste momento, o Ministério do Meio Ambiente com seu braço operacional que é o IBAMA. Eu louvo a iniciativa aqui da Assembléia Legislativa, da classe política rondoniense, da classe empresarial e da sociedade civil organizada, estar pautando essa discussão neste momento, com esse valor incorporado, com esse cuidado adicional que está sendo tomado. Sei que muitas vezes o açodamento ou a pressa poderia apresentar

talvez a única conduta neste momento, o Brasil precisa, até 2010, começar a incorporar na sua matriz energética, anualmente, 3.000 (três mil) megawatts de energia, a cada ano. Ou fará isso queimando combustíveis fósseis ou até mesmo queimando combustíveis de bases de fontes renováveis, como o biocombustível, mas sempre serão fontes que irão deixar, que irão emitir resíduos de carbono. Ou, coerente com a sua história, com a sua trajetória energética, invista na hidroeletricidade.

Quando uma comissão de Deputados e Vereadores foram a Brasília e foram conversar com os Ministros, tanto da área ambiental como da área econômica, e viram o cuidado que o Governo Federal está dando a esse Projeto do Madeira, viu também a preocupação, que embora possa parecer contraditória, ou seja, a necessidade do Ministério das Minas e Energia de acelerar os estudos, de acelerar o leilão e de acelerar a construção em face do planejamento energético, e vê a postura do Ministério do Meio Ambiente, através da Ministra Marina Silva, de exigir o devido cuidado, à primeira ordem pode parecer que seja um conflito interno do Governo, mas na verdade não se trata de um conflito, trata-se da imposição desse paradigma que é bem sucedido aqui no rio Madeira, caso consigamos construir a hidrelétrica do Madeira, Complexo Hidrelétrico Rio Madeira numa base de um paradigma de sustentabilidade ambiental e social, ela removerá diversos obstáculos para aproveitamento das outras alternativas energéticas na Amazônia com muito mais facilidade, com muito maior agilidade, porque você passa de um modelo, pelo cuidado que vai se ter, pelo nível de debate que está sendo aprofundado, pelo cuidado que se tem em avaliar o impacto social nas populações tradicionais que nunca foram consultadas no passado, nem o seringueiro, nem os ribeirinhos, nem as populações indígenas foram consultadas no passado, elas foram simplesmente objetos de decisões tomadas de cima para baixo e neste momento são coadjuvantes, são coadjuvantes dessa decisão. Não se tomaria nenhuma decisão de caráter político sem que essas comunidades sejam ouvidas, mesmo que elas sejam minoritárias, mesmo que o seu modo de vida não expresse o da maioria da população brasileira. Mas é um elemento que, dentro da Amazônia, tem uma dimensão muito maior do que fora no Sul e no Sudeste. Aí que está a complexidade desse modelo. E a política é construída para dar resposta a isso. A técnica em engenharia, está aqui o Geraldo do CREA e o Jorge Luiz também do SENGE, à frente desse movimento, vão dar resposta no tocante ao tipo de turbina que poderá ser utilizado, altura de barragem que será apresentada, ao canal de peixe, o canal transversal que poderá ser feito para poder propiciar na procriação, isso é o papel da engenharia e da técnica. A política é ter que apontar, nesse contexto, duas ações principais: a primeira ação é a tomada de decisão que concilie o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade ambiental e social. A segunda: quais são as ações de caráter de Governo que não são tão empreendedoras, mas são de Governo, nas três esferas, que possam articular a economia, a infra-estrutura urbana, a sociedade para que se tire o maior proveito econômico das inversões financeiras que vão ser realizadas aqui no nosso Estado. Isso no campo da política.

Por isso que eu estou louvando aqui a iniciativa da Assembléia Legislativa que está pensando isso de maneira antecipada, porque se a gente quer fazer da hidrelétrica do rio Madeira não só o marco que espelhe a forma cuidadosa que o Governo brasileiro pode aproveitar os seus recursos hidráulicos na região amazônica para manter no Brasil, um país que tem uma matriz energética na qual 80% é de fonte limpa, ao mesmo tempo em que coloca para a sociedade a necessidade de pensar o seu desenvolvimento em outras bases, fora daquele costumeiro ciclo econômico que vai e volta, vai e volta, deixando sempre conseqüências principalmente para as populações mais enfraquecidas. Oxalá, e que nós tenhamos sucesso nesse

contexto. Eu confio na maturidade dos nossos empresários, creio que o empresariado rondoniense tem um papel nisso muito importante de pensar estrategicamente a nossa economia, não só no seu negócio, na sua atividade econômica, mas a economia como um todo, nas condições das três esferas do Governo, de articular essas ações que permita dizer o empresariado: a economia vai crescer por esse sentido aqui. A infra-estrutura necessária para garantir esse desenvolvimento vai ser instalada, vai ser articulada. O poder político nosso de pensar dentro de uma visão de consenso e estratégica que possa dar a devida garantia de estabilidade política, de visão estratégica que permita orientar as ações de Governo e de garantia de que as condições serão estabelecidas para que o setor empresarial possa tomar as decisões que cabe a ele tomar, que é decisão de investimento. Au:

(Às 10 horas e 33 minutos o Senhor Alex Testoni passa a presidência ao Senhor Jesualdo Pires)

O Presidente Lula ficou, ao visitar o Estado do Acre, na semana que vem, de inaugurar uma fábrica de látex, de produtos de látex, aí você vê como é possível tirar a seringa e produzir produtos que vão abastecer o mercado interno e vão ser exportados. Da floresta vai ser feito isso, tirar o látex, fazer hoje aquilo que nós estamos importando da Coreia, que é camisinha, passará a ser produzida no Brasil. Uma floresta, de maneira sustentável, estamos vendo se ele pode passar para ele parar aqui em Porto Velho para fazer o anúncio do licenciamento, em cima de uma decisão tomada pelo IBAMA, decisão tomada à luz dos estudos que foram apresentados, dos estudos complementares que foram exigidos pelo IBAMA, que de maneira autônoma, de uma maneira técnica, imune às pressões que possam ser feitas com relação a ele, para que a decisão que o IBAMA tomasse, no tocante ao licenciamento, não possa ter questionamento que leve essa decisão para a Justiça, que seria um processo muito mais demorado, muito mais complexo se o IBAMA não tomar uma decisão que a lei estabelece.

Então, eu quero apresentar nossa, em nome da bancada federal de Rondônia, o nosso otimismo com relação ao licenciamento, a nossa fé de acreditar de que a hidroeletricidade é a forma mais correta e ambientalmente sustentável de produção de energia elétrica, em grandes blocos de energia que permite seu baixo custo e a universalização dessa energia para todo o cidadão brasileiro, independente da sua renda. E o Madeira pode ser esse paradigma de engenharia e de sustentabilidade ambiental e social, que sirva de espelho a outros aproveitamentos que na Amazônia poderão ser realizados, porque é aqui nessa região que tem o grande potencial hídrico do país.

São estas as considerações que eu faço. Eu agradeço o convite feito pelo Deputado Neri Firigolo e pela Assembleia Legislativa de estar participando deste momento histórico de envolvimento do poder político rondoniense nessa questão estratégica, que não só beneficia o Estado de Rondônia como toda população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Jesualdo Pires) – Queremos registrar a presença do Sr. Rafael Granjeiro, representante da Associação de Moradores do Bairro Triângulo; da Sra. Rosália Oliveira, integrante do Comitê Pró-Usinas.

Concedo a palavra ao Dr. Jorge Luiz da Silva Alves, engenheiro representante do Comitê Pró-Usinas.

O SR. JORGE LUIZ DA SILVA ALVES – Bom dia, senhores, senhoras, aos representantes da Mesa, presidindo o Deputado Jesualdo; Dr. Ivo Benitez, Procurador de Justiça; nosso companheiro Presidente do CREA, Geraldo Sena;

Francisco Linhares, nosso companheiro que abraçou o Comitê desde o início, o FECOMERCIO; nosso ilustre Deputado Federal Eduardo Valverde, o qual nos facultou a abertura em Brasília de todas as portas, junto com os Vereadores aqui representados pelo companheiro Darwich; aos senhores Deputados aqui presentes venho homenagear, através da Deputada Daniela, aqui também representando o Comitê o Deputado Valter; o Deputado Neri que abraçou a proposta e convocou esta assembleia; senhores presentes; nossos colegas do Comitê, aqui 25 representantes, que têm lutado junto conosco, o nosso grupo maior são 67 entidades representadas, mas hoje tem 25 aqui porque os outros não puderam comparecer; a todos companheiros presentes; senhores da audiência também, gostaria de cumprimentá-los a todos. Dizer que o Comitê Pró-Usinas do Madeira hoje, nesta nossa Audiência Pública, também homenageia a todos nossos representantes que aqui estão presentes, mas também a todos os colegas guerreiros, que desde o início têm abraçado a nossa questão. Somente o pessoal que era contra, dizia que era contra e estava tomando todo o espaço, e a sociedade brasileira achava que Rondônia não era a favor desse empreendimento. Nós, do sindicato dos engenheiros e o CREA, nos reunimos junto com a CUT e Força Sindical, também algumas associações de bairros, como a Associação da Zona Leste, o professor Juarez e Fernandes também, o pessoal do SINGARO, FECOMERCIO e FIERO, começamos a montar um grupo de trabalho, daí hoje está o nosso Comitê com 67 entidades representativas. Foi difícil no início, mas agora com o advento, aqui dito pelo nosso Deputado Federal Eduardo Valverde, que vai ser assinada essa licença, nós temos uma segunda fase, pessoal, para questionar porque o Comitê não nasceu simplesmente como movimento de oba, oba. Nós nascemos com movimento estruturado, organizado para acompanhar, para pedir a licença, mas para acompanhar, fiscalizar e também ordenar o processo da construção das usinas e depois, também, com as liberações, a geração de energia, a questão dos royalties. A todos companheiros do Comitê que fizeram as suas propostas consolidadas no dia 14, nós aqui fizemos uma sistematização e a maioria dessas propostas foram acolhidas e vão ser apresentadas aqui pelo também representante do Comitê, Deputado Jesualdo e o nosso companheiro, presidente do CREA, que também é do Comitê Pró-Usinas do Madeira, vão apresentar as propostas.

Mas eu gostaria de dizer a vocês que nós temos uma luta árdua ainda pela frente, a coisa ainda nem começou e nós já estamos dizendo que vai ter uma outra batalha, que seria fazer com que nossas propostas, de interesse da sociedade rondoniense, que hoje no Comitê existem 67 entidades, mas nós podemos dizer que nós representamos a sociedade rondoniense, que no início de nossa proposta foram levadas para Brasília 15.600 assinaturas, mas com a entrada do Governador do Estado que, galhardamente, isso tem que ser dito, numa renúncia, até dizendo que é um verdadeiro estadista, pessoal, o Governador do Estado entrou no processo e conseguiu para nós mais cem mil assinaturas.

Então nós temos hoje 132 mil assinaturas endossando o trabalho do Comitê Pró-Usinas do Madeira. Nós vamos chegar a 250 mil, ainda continuamos a pegar assinaturas. Por que isso? Para dizer que a sociedade rondoniense quer realmente essas usinas e nós do Comitê Pró-Usinas temos muita responsabilidade para isso. Por isso vão estar aqui as propostas nossas elencadas para defender o nosso empresariado, defender as faculdades particulares que estavam junto conosco desde o início, apesar de que um grupo da Universidade de Rondônia fez, estudou algumas coisas e apresentou para FURNAS e Odebrecht, mas quem nos ajudou, quem foi para a rua, lutou para pegar as assinaturas e quer, e luta com as universidades particulares, isso tem que ser dito, não desmerecendo a grande maioria que é o pessoal da UNIR que realmente quer, mas se não estão se pronunciando, se entende

que todos eles não querem. A hora que eles vierem dizer: – Não, nossa maioria quer a usina e quer participar’, aí sim vão ser apoiados. Mas de início o Comitê tem responsabilidade com as universidades particulares que lutaram e estão lutando conosco, não desmerecendo também o pessoal da UNIR que ajudou no projeto.

(Às 10 horas e 39 minutos o Senhor Jesualdo Pires passa a presidência ao Senhor Alex Testoni)

Então, eu gostaria de dizer para vocês que nós estamos atentos e agora, com a apresentação das propostas, vocês vão ver isso, que os colegas do Comitê, inclusive os Vereadores, aqui estão representados pelo Vereador Darwich, mais o Vereador Wildes que esteve conosco desde o início, foi para a rua, lançamos documentos e tudo, todos estão de parabéns, o pessoal do Comitê. Mas alguns se sobressaíram, alguns se sacrificaram mais, mas vamos continuar a luta, pessoal, vamos continuar porque isso é só o início e a sociedade rondoniense quer que o Comitê Pró-Usinas continue a sua luta e realmente venha dizer para quê ele veio e o que ele vai fazer.

Então não vou me alongar muito, vou deixar aí a apresentação para o Deputado Jesualdo e o nosso colega do CREA, que vão fazer as apresentações, mas dizendo que nós estamos atentos e vamos continuar o trabalho de reivindicação e de luta. E dizendo também que precisamos das autoridades, do Poder Executivo, precisamos do Judiciário, aqui representado pelo Dr. Ivo Benitez, que também está apoiando as questões do movimento, apesar dos entrevos que aconteceram no início entendemos que eles também estão preocupados com a questão sócio-ambiental, mas nós do Comitê também estamos. Mas, acima de tudo, acima do peixe, acima de tudo que possa pensar, nós pensamos é no homem, e nós que estamos em Rondônia temos que ter orgulho de ser rondonienses e defender os interesses de Rondônia, do empresário, das universidades, das sociedades organizadas, das associações de bairros que estão aqui representadas pelo companheiro Rafael e todos que estão aqui presentes, esses sim são o nosso maior interesse.

Muito obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Alex Testoni) – Convidamos o Excelentíssimo Senhor Deputado Jesualdo Pires, 1º Secretário da ALE, e também o Dr. Geraldo Sena, Presidente do CREA/RO, para discutir sobre a implantação do complexo hidrelétrico do Madeira, fazer a apresentação.

O SR. JESUALDO PIRES – Bom dia a todos. Eu quero cumprimentar o Deputado Alex Testoni, Deputado Neri Firigolo, Dr. Jorge Luiz, Dr. Ivo Benitez, Dr. Linhares, cumprimentar meus colegas Deputados aqui, a Deputada Daniela, o Deputado Valter, o Deputado Miguel, o Vereador Kruger, o Dr. Fernando Fernandes, em nome do qual quero cumprimentar todos os representantes aqui de todas as entidades.

Coube a mim essa honrosa tarefa, a mim e ao Dr. Geraldo Sena, fazer essa apresentação que foi discutida por todas as entidades. E ontem, nós, na parte da tarde até o avançar da noite, eu juntamente com o Geraldo Sena, o Fernando, o Jorge, o Ezequiel que é o Presidente do SENGE, eu estou falando até em nome pessoal, como engenheiro civil também faço parte do CREA e do SENGE, apresentar, formatar um resumo do que seriam as preocupações hoje do Comitê Pró-Usinas, principalmente em relação ao impacto social que isso vai gerar na nossa região, principalmente na região de Porto Velho, o entorno da nossa cidade aqui de Porto Velho, da nossa Capital.

Como bem disse aqui o Deputado Valverde, hoje há uma grande preocupação em relação ao impacto ambiental que pode gerar em termos ecológicos em relação à construção

desse complexo do Madeira, das duas usinas. E pouco se tem falado, o Dr. Ivo Benitez também ressaltou de forma importante, pouco se tem ressaltado e pouco se tem discutido a preocupação do impacto que se dará com a construção dessas usinas na questão social, na infra-estrutura, na questão das populações que vivem, as populações atingidas por essas obras. Eu tenho dito que é como se a gente tomasse um medicamento para uma doença que temos e que esse medicamento, normalmente, tem efeitos colaterais, nós temos dor de cabeça, temos rubor e etc. Quer dizer, todo medicamento normalmente tem uma contra-indicação, ele tem efeitos colaterais. Não é diferente no caso das usinas.

Então, de forma simplória e simplificada, eu diria que isso que nós estamos apresentando hoje, aqui, seriam os efeitos colaterais do medicamento que Porto Velho vai tomar, que é a construção das usinas. Então esses seriam os aspectos, pelo menos mais importantes, que foram tirados, evidente que são primeiro estudo, isso está, vai ser discutido amplamente, discutido depois da apresentação, os Deputados todos terão oportunidades, todas as entidades terão oportunidades de, ponto a ponto, pontuar e colocar as suas colocações que acharem convenientes de serem feitas.

Então passo a palavra ao Geraldo para que possa fazer uma pequena apresentação e a gente vai continuar.

O SR. GERALDO SENA – Bem, a gente vai fazer uma apresentação em conjunto com o Deputado Jesualdo e antes de iniciar a gente quer, nós fizemos vários eventos no CREA, alguns seminários, inclusive um seminário das grandes obras, preocupados exatamente com as grandes obras que estão vindo aqui para a nossa cidade, para o nosso Estado e que vai modificar a nossa economia, o nosso modo de vida, vai haver várias modificações. E nós tomamos, naquele momento, a decisão de apoiar a construção das usinas. Então, essa foi uma decisão que nós tivemos em seminário e a partir daí a gente começou a olhar essa obra com a vinda dela. E ficamos muito preocupados quando começa aquela discussão que vem ou não vem, esquecendo de olhar a vinda. Então nós estamos discutindo sempre com o olhar da vinda dessa obra para cá e o que a gente precisa fazer para nos preparar.

Então, a justificativa: o Comitê apresenta à sociedade rondoniense as suas propostas e metas. Porto Velho e Rondônia terão melhor qualidade de vida a partir de investimento de alcance nacional, essas propostas devem ser realizadas pelo empreendedor e pelos Poderes Públicos municipal, estadual e federal. A gente não pode esquecer, pessoal, que muitas das nossas propostas são de dever do Estado, tanto do Governo municipal, estadual como federal, eles não podem se eximir também de contribuir. A gente não pode jogar todo o ônus para o empreendedor. Então muitas coisas são de ônus geral, então os governos têm que tomar posição.

O objetivo: melhorar a qualidade de vida por meio da inclusão social e desenvolvimento sustentável, associados aos grandes empreendimentos na região.

Metodologia: os tempos foram divididos em 4 grandes blocos: obras de infra-estrutura, geração de emprego e renda, desenvolvimento sócio-ambiental e comunidade ribeirinhas. Aí vou passar para o Deputado falar sobre as obras de infra-estrutura.

O SR. JESUALDO PIRES – Aí esses temas, basicamente foram divididos em 4 grandes blocos. Evidente que tem que ressaltar que é um estudo que não é definitivo, evidente que isso está sujeito a críticas, a inclusões de idéias, quer dizer, isso aqui é um debate. Então a gente não quer que isso seja um estudo já formatado e pronto. Então isso daqui é uma primeira idéia de quais seriam os impactos que a gente vê e quais seriam as correções que deveriam ser feitas para mitigar esses impactos que vão acontecer aqui.

Então, a questão da infra-estrutura nós dividimos em três tópicos, seriam o saneamento ambiental, transporte e habitação e a gente vai passar agora esclarecendo cada um deles. O primeiro, que é o saneamento ambiental, que trata principalmente da questão da água tratada, rede de esgoto, micro e macro drenagem na cidade, destinação e tratamento de resíduos sólidos, principalmente a questão do lixo e o combate a vetores, seriam a questão, principalmente, das doenças tropicais que podem advir dessas obras. Então aqui são os temas que foram colocados em tópicos e as preocupações nessa questão de saneamento ambiental. A construção urgente de estações de tratamento de esgoto, em Porto Velho e adjacências, quando a gente coloca Porto Velho é porque a gente praticamente é a cidade que vai ter maior impacto. Na questão do saneamento básico, seria a questão da construção de lagos, de lagoas de estabilização para tratamento de esgoto em Porto Velho e região, quer dizer, um dos tópicos. Desenvolvimento de projetos no estudo das microbacias de Porto Velho, quer dizer, seria todo o estudo de drenagem, toda a parte de redes de águas pluviais, principalmente os mananciais que existem, quer dizer, seria o desenvolvimento desses projetos. E o cronograma de implantação. O que seria isso? Quer dizer, o cronograma de implantação, que é uma coisa muito importante na engenharia de projetos, no planejamento de obras, porque normalmente se faz o projeto, quer dizer, se elabora um projeto, mas não se elabora um cronograma de implantação. De repente você tem um projeto belíssimo para ser feito numa cidade, numa região, mas você não tem em que época que vai ser realizada e em que etapas vão ser feitos esses serviços. Então é importante, junto com tudo isso, o cronograma de implantação, ou seja, de que forma que ele vai ser implantado e em que prazo, que períodos que vão ser implantados.

Continuando o saneamento básico, revitalizar os principais igarapés e córregos que cortam a cidade de Porto Velho, com as devidas contenções e suportes das encostas, possibilitando a urbanização desses locais e diminuição significativa de enchentes e proliferação de doenças nos bairros. É aquilo que a gente tinha dito, é toda questão de revitalizar os igarapés, quer dizer, criar uma situação de urbanização para que possa diminuir as enchentes, porque todos sabem, ou pelo menos os engenheiros sabem que quanto maior o crescimento de uma comunidade, de uma cidade, de uma localidade, maior o nível de impermeabilização dessa cidade. Quer dizer, você impermeabilizando uma cidade, evidente que a água de chuva, em vez de percolar para o solo, ela caminha. Quer dizer, você tem que ter uma estrutura de drenagem muito mais eficiente. São Paulo, há cerca de 30 ou 40 anos atrás, o nível de enchentes era muito pequeno; hoje qualquer chuva que dá em São Paulo, vocês todos sabem os grandes transtornos que acontecem naquela cidade.

(Às 10 horas e 55 minutos o Senhor Alex Testoni passa a presidência ao Senhor Neri Firigolo)

A questão de transporte, esse é o item b, ampliação de acesso, urbanização e melhoria das vias públicas. Essa é uma preocupação do Prefeito, inclusive nós tivemos uma audiência pública, o Deputado Valter estava lá também, há cerca de 40 dias atrás, e o Prefeito, de forma muito inteligente, na hora que foi falar, foi uma audiência com o consórcio FURNAS e Odebrecht, e todos preocupados com a questão do licenciamento ambiental e ele, de uma forma muito inteligente, disse: "Eu gostaria, hoje, de não estar preocupado em falar de questão ambiental, da licença ambiental. Acho que isso já é uma coisa passada. Eu gostaria de hoje estar discutindo os impactos que essas obras trarão à cidade de Porto Velho e quais serão os recursos que terei para poder enfrentar esses graves problemas que este administrador terá."

Anel viário para o ordenamento dos transportes de carga e passageiros, quer dizer, isso é uma questão muito importante também. Esse fluxo de carretas que hoje existe em Porto Velho, todos sabem, esse fluxo tem aumentado de forma exponencial. A gente que vem de Ji-Paraná, toda semana, tem sentido na pele a quantidade de carretas que hoje circulam nessa BR e evidente que Porto Velho, hoje, tem tido essa dificuldade. E esse ordenamento, principalmente dessas carretas hoje, tem que ser desviado para que não afete mais ainda o caos urbano e o caos de trânsito que se instalará em Porto Velho. Construção de novas vias de acesso de mão dupla, nos dois lados da BR-364, seriam aquelas vias laterais da BR, possibilitando um deslocamento mais rápido à população da área urbana de Porto Velho. Essa é uma outra preocupação que existe. Construção de viadutos para distribuição do trânsito no trevo do Roque, unindo a Zona Sul à Zona Leste e Centro, e na avenida Jatuarana com a BR-364.

Continuando essa questão do trânsito, da otimização do trânsito, que vai ser um problema muito sério em Porto Velho. Nós teremos aí problemas muito sérios, segundo dados extra-oficiais que eu soube cerca de alguns dias atrás, me disseram, não sei se o número é real, mas me disseram que hoje existem aproximadamente mil veículos novos entrando por mês no trânsito de Porto Velho. Imaginem mil veículos/mês adentrando no trânsito de Porto Velho.

Criação de corredor de transportes coletivos, também até para otimizar todo este caos que pode surgir. Criação de corredores de ciclovias e ciclofaixas no deslocamento e proteção do ciclista, também é outro, a questão dos transportes.

Continuando o item b, de transporte, prolongamento com pavimentação asfáltica e urbanização da avenida 7 de Setembro, Pinheiro Machado e Alexandre Guimarães até a Avenida Mamoré. Quer dizer, seria, esse prolongamento, são interrompidas elas, evidentemente que você ligando tudo isso até a Avenida Mamoré você terá o escoamento muito mais fácil, muito mais eficiente e com certeza vai diminuir toda essa, esse problema de trânsito. Criação de corredores binários de acesso. Corredores binários são ruas que você tem de mão num sentido e outra num sentido contrário. Aqui nós temos, por exemplo: Abunã e a Calama são duas vias de corredores binários, só para dar exemplo, mas é importante isso, com as ruas Pinheiro Machado, 7 de Setembro, Jatuarana e Sucupira. E grande anel binário nas Avenidas Calama e Rio de Janeiro. Então seriam soluções para o trânsito que enfrentaremos.

Continuando a questão dos transportes, construção de passarelas de pedestres na BR-364 e BR-319, na Av. Jorge Teixeira. Criação do novo porto de Porto Velho. Isso é muito importante, na localidade de Aliança. Quer dizer, as carretas não viriam mais para Porto Velho, todo esse fluxo de transporte de cargas já seria desviado e já teria um novo porto de Aliança, na localidade de Aliança, que seria, segundo os estudos, seria o local mais adequado hoje para ter a construção desse novo porto em Porto Velho.

Reordenamento do trânsito no centro de Porto Velho. Aí seria um estudo local, é uma sugestão também de se fazer um reordenamento do trânsito.

Item c, da questão da infra-estrutura seria habitação. O plano de habitação popular, com incorporação dos assentamentos e ocupações populares ao projeto do município, evidente que a construção de uma obra desta, milhares de pessoas virão a Porto Velho. Quer dizer, virão tantos que trabalharão na obra, virão do interior, virão de outras cidades, virão de outros Estados e evidente que a questão da habitação é importantíssima. Então pode-se dizer: - Ah, mas as empresas terão seus conjuntos habitacionais próprios. Terão, mas não serão suficientes para toda demanda que vai surgir. Recuperação das áreas verdes e projetos de equipamentos urbanos.

Então, dentro desta questão da habitação também recuperar as áreas verdes e os projetos de equipamentos urbanos são os equipamentos que são anexos a esta questão da habitação, que seriam as quadras poliesportivas, seriam as creches, quer dizer todos os equipamentos que dependam dessa população para viver numa qualidade de vida razoável.

Então, continuando aqui a questão da geração de emprego e renda, através da programação de funções integrando a construção das hidrelétricas à atividade de apoio à construção das usinas tipo: alimentação, vestuário, acesso, segurança, segurança do trabalho, saúde, educação, comunicações, lazer, etc, com o apoio dos Poderes Públicos, entidades privadas, para implantação de um amplo programa de qualificação profissional, envolvendo através de convênios com as universidades, escolas técnicas e sistema S, do município e Estado, em todos os níveis de ensino. O que quer dizer isso? Quer dizer, nós teremos de programar funções, ou seja, nós precisamos saber o que FURNAS e Odebrecht vão precisar diretamente na obra e o que também aquelas empresas que virão a Porto Velho e aquelas empresas que estão instaladas em Porto Velho, o que elas precisam para ter condições técnicas de aproveitamento para que se possa aproveitar o máximo possível essas empresas da região. Então a gente teria que ter todas as atividades, além das atividades da construção em si das usinas, nós teríamos atividades paralelas à construção das usinas, como alimentação, vestuário... Por exemplo, vestuário, evidente que uma obra desta vai precisar de equipamentos de segurança, vai precisar de EPI, que é proteções individuais, então tudo isso são empresas de Rondônia que devem estar preparadas para que possam, o máximo possível, fornecer esse tipo de material e vendas para esse consórcio. Quer dizer, a grande idéia nessa geração de emprego e renda e que as pessoas e as empresas de Rondônia aproveitem o máximo possível dessas possibilidades. Quer dizer, nós estamos hoje numa situação que Rondônia precisa aproveitar, sob pena de amanhã praticamente 90% do empreendimento, ser usado a mão-de-obra de fora ou então as empresas que vão fornecer todo esse tipo de bens necessários à construção possam vir de fora. Então nós precisamos estar preparados de fato para que a gente possa aproveitar o máximo possível. E aí sim, através de programa de qualificação profissional, através de escolas técnicas, do Sistema S que é muito importante, SEBRAE, SESI, SENAI, SESC, SENAT, todos esses, o Sistema S que possa ajudar aí na preparação de toda essa mão-de-obra que vai ser preciso, que Rondônia não teria hoje, no momento, como fornecer. Criar alternativas econômicas para as populações urbanas, rurais e ribeirinhas.

Então, quais seriam essas ações? Integração do potencial econômico das diversas micro-regiões do Estado com as suas principais atividades econômicas. Quer dizer, você tem que ver o potencial econômico de todas as regiões do Estado de Rondônia para que você possa trazer, e aquilo que eu falei aqui no início agora, você ter todas essas empresas e ter todo esse potencial econômico do Estado de Rondônia voltado a essas obras. Então, envolver também empresas do interior do Estado, regiões que tenham vocação, por exemplo, vamos dizer a minha cidade Ji-Paraná, de repente lá nós temos uma empresa que forneça legumes, por exemplo, um produtor, o Ceasa que nós estamos instalando agora em Ji-Paraná, plástico, como a Deputada está dizendo, tudo isso nós teremos condições, dependendo da vocação das regiões do interior do Estado, que possam também participar desse processo para que esses recursos de fato possam ficar o máximo possível em Rondônia. Preparação do empresariado local com suas devidas certificações de produtos e serviços. Isso é muito importante, esse consórcio FURNAS vai exigir uma série de certificações dessas empresas. Uma empresa, hoje, não vai poder trabalhar em FURNAS ou fornecer produtos e serviços

se não tiver certificado, certificado ISO, de qualidade, etc. Quer dizer, é importante que essas empresas também se preparem para que possam, no momento adequado, ter condições de poder competir e fornecer esses produtos e serviços. Defender de modo veemente a inserção da produção local, com a inclusão de medidas para valorização de nossos produtos e serviços do pequeno ao grande empresário. É o que a gente está dizendo, quer dizer, nós precisamos que esses recursos sejam, que fiquem, o máximo possível em Rondônia.

Preservação e aumento na proposta de aproveitamento de outras formas de energia, de combustíveis alternativos, tipo gás natural, biodiesel, biomassa, etanol e outras formas de energia. Quer dizer, não é porque nós vamos ter um grande complexo de energia hidroelétrica que a gente também não tem que pensar em outra, não podemos pensar em outra forma de energia. Então hoje, todos já sabemos que o etanol, por exemplo, é uma realidade já no Estado de Rondônia, existem usinas sendo instaladas no sul do Estado, o biodiesel é uma realidade em Guajará, como o Geraldo está dizendo aqui. Então, são esses outros tipos alternativos de combustíveis que nós precisamos integrar toda essa matriz energética para que a gente possa, de fato, ter um amplo espectro de tipos de energia, como bem colocou o Deputado Eduardo Valverde aqui, quer dizer, não ficar apenas nesta questão das hidrelétricas e o gás natural, principalmente que o gasoduto Urucu Porto Velho, que é importantíssimo para nós e temos grandes perspectivas desse empreendimento também vir para o nosso Estado.

Manutenção e aumento do parque térmico já instalado, transformando Rondônia num grande produtor e exportador de energia. Então, manter o nosso parque térmico e ampliar, com a advinda do gás natural de Urucu, nós teremos condições de gerar energia em abundância também em Porto Velho e exportar essa energia para outras regiões do país.

Com o apoio da iniciativa privada, instituições de ensino superior privadas e empresas, desenvolver a criação de um grande centro de pesquisas da biodiversidade amazônica, transformando Porto Velho, Rondônia, num centro de geração de excelência em pesquisa e desenvolvimento em produtos biológicos, fármacos, essências, minérios e outros. Para mim isso aí é a coisa mais importante de tudo isso, é mais importante. É a menina dos olhos que eu vejo, e a primeira vez que eu vi isso aí me encantou muito. Eu acho que isso daí é uma, é a coisa que eu vejo de maior perspectiva econômica, uma coisa superimportante, a gente criar, aqui na nossa região, um centro de pesquisa de excelência, importante, para que a gente possa realmente estudar profundamente a biodiversidade na Amazônia. Vocês sabem, hoje, que um fármaco que é descoberto no mundo gera bilhões de dólares, bilhões de dólares. Imaginem com a nossa biodiversidade a quantidade de produtos que nós poderemos ter de fármacos, de produtos biológicos, de essências, de minérios, de madeira. Quer dizer, tudo isso é uma coisa importantíssima e eu vejo aí sim, uma coisa que tem que ser estudada muito, tem que ser carinhosamente cuidada, inclusive comentei com o Deputado Valverde. Eu acho que é uma bandeira, Deputado Valverde, de realmente vir ao encontro de tudo o que hoje se imagina no desenvolvimento da Amazônia, tudo que se pensa em desenvolvimento racional, equilibrado, da nossa Amazônia, eu acho que uma das saídas é essa daí.

Ampliação e construção da infra-estrutura turística ao longo da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, passando por Santo Antônio até a comunidade de Teotônio, com a reforma do trecho da linha férrea entrará no turismo mais opção de renda àquelas comunidade que ali vivem, como forma de compensar as belezas cênicas eliminadas. Então, como forma de emprego e renda, seria uma sugestão também, quer dizer, uma infra-estrutura turística para você atrair investimento. O turismo, hoje, é o segmento econômico, no mundo, que mais

cresce, o turismo hoje é a indústria do futuro. Então nós podemos estar longe disso também.

Dando continuidade à questão da geração de emprego e renda, o fortalecimento da agricultura e pecuária. Eu até gostaria que o Fernando falasse alguma coisa, você que é da área e discutiu bastante, ontem, com a gente, e é um item bastante importante que eu gostaria de passar para o Fernando aqui.

O SR. FERNANDO FERNANDES – Com relação à geração de emprego e renda na área rural nós estabeleceríamos algumas metas importantes. Primeiramente, nós sabemos que o nosso Estado, a maioria são pequenos produtores. Nós gostaríamos que eles ficassem onde estão. Já é uma luta conseguirem a terra para o trabalho, não seria justo agora, mesmo com a advinda desse empreendimento, que eles saíssem do campo e acharem que deveriam sustentar e tirar o seu sustento aqui na cidade.

Então, uma política de preservação dessa comunidade lá no campo, tendo especialmente na agricultura familiar o seu sustentáculo, para evitar especialmente êxodo para a cidade, achando que aqui acharão oásis. Então, políticas públicas, como assistência técnica, comercialização de produtos, estabelecimentos de formas para agregarem cooperativas e instituições, para que eles fiquem onde estão. E especialmente, o mais importante, é a regularização fundiária, que nós sabemos que é uma oportunidade muito grande agora de participação de órgãos públicos, a exemplo do INCRA, Secretarias de Estado, enfim, que possam fazer a regularização fundiária, um dos motivos que farão com que eles fiquem lá no campo, evitando esse êxodo aqui para a cidade.

O SR. JESUALDO PIRES – Então, de fato isso aí vai ser uma competição, às vezes desigual, porque a pessoa que vive no campo, fixada no campo, que tem os seus sítios, sua chácara, vai estar tentada, principalmente os filhos, vão estar muito tentados em ter novas oportunidades de emprego. Aí você pode ter um êxodo rural e agravar mais o problema social na região.

Continuando aqui, a geração de emprego e renda, salvaguardas que garantam a utilização, pelo menos, de 70% dos serviços de engenharia, das obras de infra-estrutura, das medidas compensatórias para a indústria de construção civil local e 30% da construção das barragens e usinas. Quer dizer, isso daí seria um salvaguardas, eu vejo esse aspecto e discuti, a gente está aqui num ambiente de discussão de alto nível, evidente que isso é uma questão muito polêmica, isso tem que ser avaliado, é uma proposta, mas ela embute questões inconstitucionais, você não tem como salvaguardar serviços, vamos dizer, uma reserva de domínio com a região, com o Estado, sob pena de estar inviabilizando até uma questão judicial. Mas é uma preocupação, nós temos que lutar, o máximo possível, para obter esse tipo de utilização, quer dizer as empresas têm que participar o máximo possível dessa construção. Agora, eu vejo assim, isso é naturalmente, nós nos preparando, as empresas se preparando, as empresas se certificando, evidente que terão muito melhor competitividade do que aquelas que virão de fora. Você terá melhores condições de competir com empresas de fora, na prestação desse serviço se estiver preparado.

O SR. GERALDO SENA – Eu queria fazer um comentário, que essa salvaguarda na lei tem alguns impedimentos, mas é possível a gente do Poder, a gente que está dentro de algumas instituições, criar algumas regras. Um exemplo, nós discutimos, na última reunião dos CREAs da região Norte, que toda empresa para atuar no Estado tem que ter licença da Junta Comercial. Então é uma das maneiras, de repente essa empresa tenha que vir para cá e não

simplesmente passear aqui, vem pegar o serviço e vai embora. Então a gente exigir isso para o CREA, residência, da Junta Comercial o registro, algumas exigências, é possível, Deputado, a gente salvar as nossas indústrias.

O SR. JESUALDO PIRES – Eu acho que é importante isso daí, a gente tentar, o máximo possível, preservar as empresas locais. Agora, é difícil você fixar percentuais e você definir barreiras, quer dizer, isso tudo se torna inconstitucional porque todos os brasileiros têm o direito, todas as empresas brasileiras têm os mesmos direitos em qualquer localidade do País, desde que adequadas, aí o Geraldo teve uma posição muito importante, logicamente têm que estar registradas aqui, têm que estar registradas no CREA. Quer dizer, existem alguns aspectos aí que podem...

Eu vejo que o melhor aspecto para as empresas de Rondônia poderem competir é estarem preparadas. É evidente que uma empresa de Rondônia terá muito melhores condições de fornecer bens e serviço a um preço menor do que uma empresa que terá que se deslocar de Minas Gerais ou do Rio Grande do Sul. Então é essa que é a minha preocupação, os empresários terem essa consciência de que nós que estamos aqui, as empresas que estão em Rondônia terão melhores condições de competitividade com aquelas empresas que virão de fora. Garantir a efetiva implantação do parque de indústria, viabilizando a industrialização local no fomento indústria de componentes para as Usinas de Santo Antônio e Jirau. Quer dizer, isso aí também é um aspecto muito importante, já existem algumas empresas viabilizando, fazendo estudos para se implantarem aqui, porque evidente que ficam muito mais próximas das obras, ficam, os aspectos econômicos para essas empresas serão melhores.

Então, a questão industrialização local também passa por isso, e seria, inclusive, um fator determinante do pós-obra, que a grande preocupação que se tem, que se fala de usinas de grande porte, obras de grande porte, é depois que acabar as obras para onde irá trabalhar toda essa massa de pessoas? Quer dizer, então você tendo um processo paralelo de industrialização, de aspectos que você possa criar, de empregos em paralelo, para você absorver o máximo possível de pessoas depois, pós-obra. Toda e qualquer exploração de atividades econômicas advindas do projeto das hidrelétricas que não sejam para geração de energia elétrica deverão contemplar o município de Porto Velho do Estado de Rondônia em 31 e 20% respectivamente. A renda desses empreendimentos servirá de suporte para o centro de pesquisas da biodiversidade da Amazônia ser criado em Porto Velho, com diversos pontos de apoio no Estado de Rondônia.

Eu gostaria que o Dr. Geraldo pudesse explicar.

O SR. GERALDO SENA – Bem, isso aqui foi muito discutido pelo grupo que trabalhou, do Pró-Usina. Isso é uma idéia do grupo, de uma pessoa do grupo, porque sabemos que esse rio tem ouro e já está se montando empresa para explorar esse potencial, e juntamente com isso virão outros produtos que vão se descobrir ao longo desse rio. E a gente está colocando que o Estado e o município tenham participação nesses empreendimentos e com o produto dessa arrecadação, financie o centro de estudo da biodiversidade, que aquele centro que a gente está propondo, onde as universidades e a faculdade que estão lançando profissionais, já de nível superior, tenham mercado para trabalhar e salário bom. Também não adianta ter só salário base, nós temos que ter salário de qualidade aqui em Rondônia, bons salários. Então a gente está propondo que o alerta, até na Assembléia Legislativa, para que a gente fique atenta, para que o Estado e o município participem desses empreendimentos para poder ter renda, para poder nós criarmos o nosso centro de biodiversidade.

O SR. JESUALDO PIRES – Oportunizar estágios nos níveis médio e superior em todas as áreas do empreendimento. Quer dizer, aí seria a questão de você preparar esses estágios desses jovens, ou as pessoas não tão jovens, que possam estagiar e que possam ser utilizadas e aproveitadas nesse empreendimento. Possibilitar o aproveitamento desses egressos, com mão-de-obra efetiva no empreendimento, e de jovens no programa federal do primeiro emprego. Seria uma preocupação, também, principalmente de utilização máxima possível da mão-de-obra local. Quer dizer, você utilizando a mão-de-obra local, você cria raízes aqui, você cria renda aqui na região, quer dizer, você cria, oportuniza um desenvolvimento sustentável para a nossa região, de forma muito melhor. Que seja implantada uma parceria entre o CREA – Rondônia, o Sindicato dos Engenheiros e o Consórcio empreendedor, a fim de capacitar os profissionais de engenharia locais, que já residam por mais de cinco anos na região, a serem aproveitados como mão-de-obra especializada em usinas de barragem, do empreendimento de usinas do rio Madeira. É mais uma idéia ao do CREA. Eu vou passar para o Dr. Geraldo para ele explicar melhor.

O SR. GERALDO SENA – Nós estamos, como parte do Comitê, estamos preocupados com os nossos engenheiros que todos eles foram formados fora de Rondônia, e na época, as nossas faculdades são recentes, e muitos deles estão sem reciclar. Então, nós estamos propondo que o consórcio, também, recicle o nosso pessoal, até para poder aproveitar e não precisar trazer muita gente de fora para trabalhar no empreendimento. Então é a nossa proposta aí do CREA e do SENGE.

O SR. JESUALDO PIRES - Projeto de exploração sustentável dos parques, principalmente do Parque Ecológico. Quer dizer, seria uma questão, também, de âmbito de equipamento público urbano, quer dizer, você melhora a questão ecológica, melhora a qualidade de vida. Implantação de projetos que visem à proteção e recuperação dos mananciais Bacia do Rio Madeira. Também a implantação desses projetos que são muito importantes. Projeto de ocupação da margem esquerda do rio Madeira para a preservação de lagos, rios, nascentes e margens, visando a conservação da paisagem. Quer dizer, existe uma preocupação muito grande, eu até pediria ao Dr. Geraldo que falasse sobre isso, em relação à margem esquerda, quer dizer, se preservar para não criar, futuramente, uma área devastada, uma área sem condições, inclusive para a ocupação, para que a população tenha uma área de lazer, possa ter uma condição melhor.

O SR. GERALDO SENA – Bem, a gente discutiu que com a vinda dos projetos e dos grandes projetos, principalmente com a ponte, aquele lado da margem esquerda do Madeira vai ser ocupado. E o que nós verificamos é que naquele lado tem lagos, rios e que nós não cometamos o que cometemos aqui na margem direita. Um exemplo, ali perto da Fogás tem um lago muito bonito, mas a margem dele foi toda ocupada com casas e não foi possível aproveitar aquele lago para o lazer das pessoas. Então, antes de nós ocuparmos aquele lado, que já faça o planejamento. Então, em volta do lago já coloque as margens, em volta dos rios já coloque as marginais, como tem em São Paulo. E que aquela paisagem, quando a gente olha aqui do rio Madeira para o outro lado, a gente veja aquele verde, que não seja substituído por prédios. Então, que aquele verde de lá seja preservado, porque é uma das maiores belezas que nós temos aqui em Porto Velho é quem chega ao Mirante e olha a margem do rio. Então, que aquele verde não seja substituído por prédios, seja depredado, e isso é possível, desde que a gente se antecipe, que a gente faça logo um projeto antecipado e já com todas as regras. Então, quem for empreender daquele lado já sabe que a regra é essa e trabalhar

antes, e não fazer como estão querendo agora, querendo abrir a Sete de Setembro, querendo abrir a Pinheiro Machado com custo muito alto. Então é melhor nós fazermos isso com antecipação. E é possível, e é uma coisa preocupante, porque nós calculamos que em cinco anos essa ponte sai e o outro lado vai ser ocupado. Então nós temos que fazer urgentemente um projeto.

O SR. JESUALDO PIRES – A gente, na verdade, a gente já passou pelo desenvolvimento que é o desenvolvimento sócio-ambiental. Então, dentro deste tema do desenvolvimento sócio-ambiental já saímos daquela área da geração de rendas, empregos, convênios com instituições de ensino para implantação de programas educacionais e capacitação para jovens e adultos, especialmente os ribeirinhos, visando o aproveitamento dos mesmos no monitoramento das ações compensatórias e preservação dos parques naturais. Quer dizer, seria uma capacitação de jovens, de adultos e, principalmente, os ribeirinhos que estão ligados a essa região para ver depois um projeto de monitoramento de ações compensatórias e preservação dos parques, que nós possamos usar toda essa população, parte dela, de forma importante para que você possa, além de você ter uma preservação do ambiente, quer dizer, da questão sócio-ambiental, você possa aproveitar essas pessoas de forma efetiva. Certificação da mão-de-obra local, que já exerce atividade profissional, para utilização nas diversas fases das obras. Quer dizer, eu gostaria de passar aqui para o Dr. Geraldo a questão da mão-de-obra local, principalmente da construção civil.

O SR. GERALDO SENA - Bem, esta é uma proposta até das Centrais Sindicais. Nós temos muita mão-de-obra que já tem muita experiência, muitos anos trabalhando como pedreiros, mestre-de-obras, encanador, e vários outros tipos de trabalhadores na construção civil. E esse pessoal não tem certificação, ou seja, na hora de você contratar eles vão ter dificuldades em trabalhar no empreendimento. Então, nós queremos aproveitar este pessoal e já começar o trabalho de certificação. Para que, ao abrirem as vagas, estas pessoas que já trabalham na área tenham preferência, aproveitando todo aquele cabedal de experiências que essas pessoas têm. Então, além de toda a experiência nós daríamos mais algumas aulas teóricas para eles aprenderem os princípios físicos e, em seguida, dar uma certificação para essas pessoas. Com isso nós qualificaríamos essas pessoas e elas passariam a ter um salário melhor.

O SR. JESUALDO PIRES – Ampliação do sistema educacional de Porto Velho, principalmente na questão do Ensino Profissionalizante, Técnico e Tecnológico. É evidente que nós precisamos estar preparados, as instituições, principalmente neste ensino médio profissionalizante, técnico e tecnológico para que essas pessoas, esses jovens, principalmente, possam adentrar e ser aproveitados neste empreendimento.

Continuando o desenvolvimento sócio-ambiental: ampliação do sistema de saúde com criação de hospitais e postos de saúde, voltados ao atendimento de novas demandas. A saúde, todos sabem, a saúde pública já passa por sérios problemas. Imaginem os senhores, com o advindo aí de milhares de pessoas o que é que pode se tornar o sistema de saúde pública em Porto Velho e na região. Quer dizer, então, é uma preocupação muito grande, e evidente que isto daí é uma das preocupações básicas, que seria a questão da saúde. Hoje, a população, nós políticos, nós Deputados e políticos, sabemos das demandas da população, principalmente a população mais carente, e sabemos que a reclamação número um das pessoas é a questão da saúde pública. Essa, podem ter certeza, senhores, nós que somos os termômetros, que somos os

políticos que estamos nas bases e conversamos com as pessoas, podem ter certeza, a questão da saúde pública, Deputado Miguel Sena que já foi Secretário de Saúde sabe disso, sempre tem se empenhado muito nesta Assembléia na questão da saúde pública e sabemos que essa, provavelmente, seja a maior preocupação das pessoas. Se forem preocupar, hoje, falar com as pessoas, qual a preocupação, com quase toda a certeza será a questão da saúde.

Então, lógico que nós temos que estar preparados e investimentos que têm que ser feitos tanto do Governo Federal quanto do Governo Estadual como do Governo Municipal, para que estas demandas possam ser, pelo menos, atendidas em parte e não se tornem uma coisa agravante.

A ampliação do sistema de segurança no Estado de Rondônia visando ao crescimento. Questão de segurança é mesmo um problema. Quer dizer, você aumentando a população, isso gerará conflitos sociais e toda essa mazela social que gera o problema da segurança pública.

Ampliação de créditos das empresas de Rondônia, que estão aptas em investir nas diversas atividades econômicas devido ao crescimento populacional. Quer dizer, você tem empresas que vão ter que estar aptas e preparadas, como eu disse no começo, e essa é a função do meio empresarial, que nós estejamos preparados para que, quando chegarem todas essas demandas de serviços, demandas de habitação, demandas de restaurantes, demandas de hotéis, quer dizer, tudo, todo um corpo de crescimento que se dará neste Estado e que a gente possa ter crédito nessas empresas, dentro das instituições esses créditos já existentes, que nós possamos estar preparados para isso.

Construção de centros de cultura e poliesportivos nas diversas micro-regiões dos municípios. Isso aqui também já seria uma questão de desenvolvimento. Regularização fundiária dos lotes, com prioridades nas áreas atingidas.

O SR. GERALDO SENA - Bem, isso aqui foi um pedido inicialmente do pessoal do bairro Triângulo e a gente ampliou. Então, a proposta de regularização dos bairros nas proximidades, que o bairro Triângulo, aqui em Porto Velho, não é regularizado. Mas a gente entendeu a proposta porque ao longo do rio, aonde vai ser atingido pelo empreendimento, muitos dos lotes não têm regularização. Então fica difícil até de fazer a compensação financeira do empreendimento. Então é hora de se fazer essa regularização, e o pessoal está pedindo para que se dê prioridade ao município de Porto Velho, dê prioridade para esse pessoal que está sendo atingido, porque já está sendo feita a regularização em alguns bairros, mas se priorize esses bairros que vão ser atingidos, prioritariamente.

O SR. JESUALDO PIRES - E aí já é um item assim que houve uma preocupação do Comitê muito grande em relação, principalmente, aos distritos, e aqui tem alguns itens que vão ser elencados aqui que é a construção de uma estação de tratamento e redes de distribuição de água em Jaci-Paraná e outros distritos atingidos; implantação de postos telefônicos e centrais de telefonia em Jaci-Paraná e outros distritos atingidos. Quer dizer, são obras de equipamentos de infra-estrutura e obras que são importantes e está sendo bem ressaltado porque, na verdade, esses distritos são os que estão mais próximos do empreendimento, e que, evidente, terão as maiores conseqüências em termos de impacto.

Implantação de pavimentação asfáltica e drenagem nos distritos atingidos, em toda a orla da barragem, além da criação de mirantes e pólos turísticos. Quer dizer, seriam obras de infra-estrutura e seriam, inclusive, obras que dariam, gerariam aspectos turísticos. Quer dizer, você teria, aí voltaria até na questão da geração de emprego e renda também, além da questão sócio ambiental, além da questão da infra-estrutura,

esse item engloba alguns aspectos de toda essa explanação aqui.

Agora a comunidade dos ribeirinhos. Capacitação dos ribeirinhos. Gostaria, Geraldo?

O SR. GERALDO SENA - Pegar um pouco para descansar aí o nosso Deputado. Bem, comunidade ribeirinha, a gente abriu um item específico por que. Para dar um tratamento especial para o pessoal que mora às margens do rio. Primeiro: capacitação de ribeirinhos para que possam desenvolver atividades de pesquisa, produção de produtos do rio e da floresta, além da caça e pesca. Então, a maioria desses ribeirinhos vive do extrativismo, da caça e da pesca, aí os programas que a gente vê para esse povo é que eles continuem com a caça e a pesca. E a gente está propondo que a eles também, que os filhos deles possam cursar uma universidade e trabalhar com nível superior, morando na beira do rio. Então, nós temos que capacitar esse pessoal para desenvolver atividade de pesquisa nas reservas.

Então, além da produção de peixes, da produção de farinha e outros, eles também teriam capacidade de estar trabalhando com material da floresta. Então, com isso, agregaria muito valor e eles poderiam também se capacitar como todos, e ter oportunidade como tem o pessoal da cidade.

Segundo: criação de um seguro de defesa para atender a população ribeirinha no período da adaptação. As pessoas que vão mudar de lugar, como é o caso lá de Mutum, eles vão ficar um tempo sem ter renda, porque quem é um borracheiro, na hora que a sua borracharia mudar de lugar ele vai ficar sem trabalhar. Quem tem um restaurante, na hora também que mudar de lugar, também ele vai ficar um período sem trabalhar. Então eles vão ter que ter um seguro de defesa para que nesse período eles tenham uma renda para não ficar, inclusive para não mudar de lugar, porque se esse pessoal não tiver uma renda eles vão procurar a cidade, então eles vão sair desses locais e vão para a cidade, criando aqui problema na cidade e ao mesmo tempo perdendo a oportunidade de morar num lugar melhor para eles. Então, esse aqui é um aspecto bem próprio mesmo do empreendedor, se o empreendedor for fazer as obras tem que pagar esse seguro de defesa. Outro, a madeira resultante do desmatamento e oriunda da correnteza do rio, será oferecido prioritariamente ao Conselho de Associação dos Ribeirinhos das áreas atingidas, incluindo as Associações das Usantes das Barragens. O que significa isso? Vão ter dois tipos de madeira, uma da área desmatada. Ao se fazer o empreendimento vai se tirar um pouco da floresta, então tem madeira. Depois, do rio Madeira também desce aquela madeira que vem dos Andes, ela passa pelo rio e ela não vai poder entrar nas máquinas. Então vão ser capturadas lá por cima, possivelmente em Abunã. Então, essas madeiras que estão à deriva no rio, e que foram retiradas em desmatamento, devem ser entregue ao Conselho de Associações dos Ribeirinhos, que estão organizados e incluídas também as associações que estão às jusantes, porque a idéia novamente é você pegar as associações que estão acima da barragem, mas a organização dos ribeirinhos é complexa, ela começa tanto a montante como a jusante dessa barragem. Então a gente quer incluir nesse Conselho todas as associações de Rondônia que moram à beira do rio. Criar uma infra-estrutura para atender às comunidades na área de influência do Projeto Madeira, tais como: estradas, escadas de rampa de acesso às embarcações, ancoradouro de barcos, escolas com bibliotecas, complexo esportivo e lazer, saúde, com posto de saúde com atendimento médico em período integral, laboratório de doenças tropicais, exames clínicos com medicamentos, ambulâncias e ambulâncias. A gente verifica que as comunidades que moram na beira do rio têm dificuldades principalmente em estradas e portos. Os portos são muito precários, então a gente está propondo que se façam as

escadas, rampas de acesso e que as escolas existentes e que as futuras escolas implantadas possuam bibliotecas e complexo de lazer, que no momento não têm. E que o posto de saúde também possua profissional 24 horas, porque normalmente esses postos de saúde fecham à noite e há uma dificuldade muito grande. Então tem que trazer pessoas para Porto Velho. E também não possui transporte, então é já pensar num complexo completo para essa população. Sugestões finais, eu vou passar para o Deputado para voltar esse item aqui.

O SR. JESUALDO PIRES – Então, aí, depois de todos esses estudos que foram feitos, foram alguns aspectos que foram dados como sugestões finais para fechar esse trabalho aí e foram essas, que nossas propostas sejam incorporadas ao processo participativo trabalhado pelo Consórcio FURNAS e Odebrecht ao processo de licitação das usinas. Ou seja, que haja uma participação de todo esse estudo, de todo esse trabalho que foi feito, atendendo e ouvindo as comunidades, ouvindo associações, ouvindo entidades, que essas propostas sejam incorporadas ao processo licitatório e ao processo participativo.

Quer dizer, é importante isso daí, não adianta nada a gente estar discutindo aqui, falando, quer dizer, é muito bonito tudo o que foi colocado aqui, seria quase que o ideal, mas se não tiver efetivamente incorporado parte desse trabalho ou na totalidade, que seria o ideal, nesse processo compensatório, na hora de se fazer a licitação, para que essas empresas também tenham essa responsabilidade social e esses graves danos que se darão, principalmente no aspecto social na construção dessas obras. Que seja criado um conselho que inclua o Comitê Pró-Usinas do Madeira, Ministérios Públicos, IBAMA, Estado de Rondônia, Assembléia Legislativa, município de Porto Velho, Câmara Municipal, para acompanhar e fiscalizar as ações contidas no estudo de impacto ambiental de todo o desenvolvimento do empreendimento, na fiscalização dos produtos e serviços gerados a partir dos royalties destinados ao município, Estado e União.

Quer dizer, esse Conselho, na verdade, vai acompanhar e fiscalizar todas as ações. Isso é importantíssimo, porque de repente as coisas cabem muito bem no papel e nós brasileiros sabemos disso. As vezes é muito bonito o estudo, e aqui vai uma crítica, e eu sou o maior defensor hoje da construção das usinas, às vezes se coloca um estudo muito bonito de FURNAS e Odebrecht, de que não vai haver nenhum impacto ambiental, mas precisa haver sim um acompanhamento se de fato tudo isso que foi colocado no papel realmente, de fato, vai acontecer. Quer dizer, se todas aquelas providências que estão nesse estudo que o IBAMA está analisando lá e que, se Deus quiser, isso em pouco tempo vai ser liberado, se isso vai realmente acontecer. E esse Conselho seria uma forma de interligar todos os Poderes, o setor público, o privado, o Estado, a Assembléia, o Município e a Câmara Municipal de Porto Velho, para que realmente essas ações sejam fiscalizadas e monitoradas e depois, provavelmente, depois da obra pronta também haver uma continuidade dessa fiscalização, desse monitoramento e dessa interligação de idéias que é muito importante.

Com a maior oferta de energia em Rondônia, organizar complexos industriais no Estado, atendendo à vocação de cada região, com a nova configuração geográfica; gasodutos, hidrovias, a saída para o Pacífico e as hidrelétricas. Gostaria até de pedir ao senhor Fernando, que foi ele que bateu bastante nesse tema, Fernando, que explique para a gente. É uma idéia muito interessante e eu vejo isso aí como uma idéia do pós-construção. Quer dizer, nós temos que pensar em Rondônia, em Porto Velho principalmente, depois das usinas, depois da construção das usinas.

O SR. FERNANDO FERNANDES – Aqui novamente nós levamos em consideração a aptidão de cada município. Inclusive

a Deputada já tinha colocado isso numa reunião também. Exatamente, não perder a aptidão que o município tem lá. Então, atendendo essa vocação de cada região, com toda a infraestrutura que será criada, mesmo na capital, mas nós não poderemos perder de vista essa oportunidade que os municípios terão lá nas suas sedes. Com a vinda do gasoduto, das hidrovias, nós criaremos, em Porto Velho, um complexo, porém a madeira está lá no interior, as indústrias continuarão no interior e aí sim, em função disso, a saída para o Pacífico, que é um outro empreendimento, porém nós precisamos atender também essa demanda do interior.

O SR. JESUALDO PIRES – Isso é muito importante também. Eu acho que isso daí resume a grande preocupação que existe hoje no Estado em relação, principalmente, ao que vai acontecer com o nosso Estado depois que diminuir o número de ofertas de emprego nessas obras, etc, etc.

Ampliação do Projeto Calha Norte do Ministério da Defesa, com construção de unidades de proteção militar, assistência social e saúde das populações nos limites de fronteiras em toda a sua extensão da Amazônia brasileira. Aí já é uma preocupação da questão, principalmente da segurança das divisas das fronteiras. O Ministério do Exército está muito preocupado com essa situação, os militares, eu vou até passar para o senhor Geraldo aqui, que possa detalhar um pouco mais.

O SR. GERALDO SENA – O Projeto Calha Norte prevê a construção de unidades militares e assistência social ao longo da fronteira norte. Então, no momento não está previsto aqui para o nosso lado, o oeste. E a gente está propondo que seja feito, porque a nossa fronteira é muito desprotegida. Então, nós não temos a presença de uma unidade militar e, normalmente, quando vem essa unidade militar, eles trazem com eles um conjunto de médicos e enfermeiros que passam a dar assistência para a população. Então a gente está solicitando que esse Projeto Calha Norte também inclua a nossa região, o nosso Estado, para que tenha várias unidades militares ao longo da fronteira, juntamente com postos de saúde, com médicos e enfermeiros para dar assistência à nossa população nesse limite.

O SR. JESUALDO PIRES – Criação de leis que monitorem e controlem ação de organizações estrangeiras ambientais e/ou indigenistas que atuem no Brasil, diretamente ou indiretamente através de instituições brasileiras, principalmente na Amazônia, interferindo em área de interesse nacional, no progresso e desenvolvimento regional e se apropriando da biodiversidade da região Amazônia. Vou passar para o Geraldo também, que está mais por dentro. O Sandro queria fazer um comentário, doutor Sandro. O Sandro que é o representante aí do Comitê, vai dizer alguma coisa sobre isso.

O SR. SANDRO CORDEIRO – Só um breve comentário com relação a isso aí, que analisando alguns documentos que saíram recentemente na internet, eu encontrei um lá que uma determinada ONG coloca que nós não temos mais direito à soberania nacional, que essa terra onde nós vivemos aqui não é mais brasileira, que eles têm, digamos, que tomar conta daquilo que nós não tomamos. E são recursos assim destinados de fundações americanas, inglesas. E eu fico perguntando: por que essas pessoas saem lá dos países delas, de Primeiro Mundo, que tem todo um recurso e vem para a nossa região, digamos, ditar o que nós devemos fazer, o que nós devemos consumir? E é assim, eles têm um poder econômico violento, essa ONG, a ABCI, tem um orçamento agora, para esse ano, de sessenta e cinco milhões de dólares só para fazer oposição no sudoeste amazônico, que engloba a nossa parte aqui. Aí tem outras ONGs que colocam também que a implantação do Projeto Madeira não é viável, que nós temos que, digamos,

tomar cuidado. Eles até fazem ameaças com relação a políticos que se tomarem partido disso vão sofrer retaliações futuras. Até o Presidente Lula, digamos assim, eles citaram aqui. Se o Presidente Lula ficasse do lado, contra o Projeto Madeira, ele, digamos, estaria bem, se não fosse, eles iriam fazer uma verdadeira guerra. É o que vem acontecendo hoje com relação a essa coisa. Eu só queria salientar que é bom todos os presentes aqui tomarem, digamos, abrirem os olhos para isso, porque a coisa vem acontecendo de uma maneira, digamos, na surdina e não tem meios assim, porque eles têm poder econômico, eles estão atuando. Agora, a gente está pensando na segunda fase desse projeto, mas assim esse projeto pode sofrer barganhas judiciais, sim, promovidas por algumas ONGs, até mesmo dentro de todo um contexto.

O SR. JESUALDO PIRES – Isso daí que o Sandro falou é importante. A gente aqui na Assembléia, nós temos debatido muito essa questão das ONGs, das Organizações Não-Governamentais, que tem muitas organizações dessas que são sérias. Agora, tem muitas que têm interesses aí que a gente não sabe. São interesses difusos, interesses que eles próprios não sabem quais são. Então é importante isso. Isso também é uma preocupação dos militares da Amazônia. Essa questão é muito importante para os militares também.

Então, agora finalizamos, a gente vai passar para a segunda etapa aí, que é a etapa dos debates. Aqui fica franqueada a todos que queriam se manifestar em relação a isso, ou a sugestões novas. Como eu disse no começo do trabalho, isso daqui não é um trabalho formatado, isso aqui é apenas um primeiro passo de discussão. Gostaria que o Deputado Valter também pudesse contribuir. Deputado Valter aqui de Porto Velho, todos os Deputados aí, todas as entidades que quiserem fazer uso da palavra. Ia haver uma grande discussão e debate aqui para que no final eu discutisse com o Deputado Neri Firigolo, que no final a gente possa tirar desse encontro aqui algum documento que possa ser um primeiro passo de uma discussão mais ampla, principalmente para a gente mitigar os efeitos colaterais que as nossas obras, tão importantes para o Estado de Rondônia e para o País, trarão para a nossa região.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Neri Firigolo) – Gostaria de agradecer a explanação do Deputado Jesualdo e do Presidente do CREA e agora nós vamos para a segunda parte. Mas antes gostaria de registrar a presença da senhora Rosilene Prestes, administradora de Mutum Paraná, e também fazer um convite a todos os senhores que estão aqui presentes, que amanhã, um Requerimento do Deputado Alex Testoni, juntamente com todos os outros Deputados, estará presente, às 9 horas, aqui na Assembléia Legislativa, o senhor Bonifácio Júnior, da empreiteira Odebrecht, que fará uma explanação sobre a questão do alvará da licença ambiental. Quem tem dúvida eu acho que é uma oportunidade de tirar essas dúvidas. Amanhã, e eu estou fazendo um convite a todos que queiram participar, ele estará aqui na Assembléia às 9 horas da manhã. E agora fica aberta às pessoas que querem também contribuir.

Com a palavra o senhor Rafael Granjeiro. Queira se identificar e usar o microfone para fazer a sua explanação.

O SR. RAFAEL GRANJEIRO – Certo, obrigado. Meu nome é Rafael Granjeiro, sou presidente da Associação dos Moradores do Bairro do Triângulo. Lembrar que o Triângulo é um dos bairros mais antigos de Porto Velho e vai ser aonde vai ser construída a hidrelétrica de Santo Antonio, Santo Antonio faz parte do bairro do Triângulo. Eu queria primeiro parabenizar a todos que vieram aqui, é importante participar dessa discussão, é importante estar discutindo isso, parabenizar o Comitê pela iniciativa e finalmente está-se discutindo política

urbana, política habitacional, política industrial, de forma democrática. O Comitê permitiu uma coisa que até hoje eu não tinha visto ainda, quer que todos participem da discussão. A Associação de Moradores sentada junto com FIERO, junto com SENAI, junto com a Associação de Ribeirinhos, quer dizer, ele democratizou uma discussão que não é só a questão da hidrelétrica, é uma questão de como nós queremos uma vida melhor, de como nós queremos uma cidade melhor, uma Porto Velho melhor. E é nessa preocupação que eu penso no meu bairro Triângulo, hoje no meu bairro nós temos uma situação ímpar. Eu posso ficar até três horas da manhã jogando baralho, dominó, como fica muita gente lá na rua, sem estar preocupado com assalto. Hoje, o pessoal do Santo Antônio vai ser mudado de lá, devido ao impacto da obra, podem ficar, dormir de janela aberta, de porta aberta que não tem problema. E minha preocupação é o seguinte: como é que vai ser o futuro quando tiver doze mil pessoas trabalhando lá na hidrelétrica, e essas pessoas vão querer morar perto, como é que vai ser o futuro do meu bairro? E como é que vai ser o futuro da cidade? A tranquilidade nós não vamos ter mais. Então isso, essa minha preocupação de ocupação, de repente vai que o Triângulo vire um favelão, gente morando na beira dos igarapés, invadindo, porque Porto Velho cresceu sem esse planejamento.

Então, o que eu estou preocupado, e muitos dos que estão nas propostas deveriam estar dentro do plano diretor. Aí, até convoco o Ministério Público, que deveria ter sido aprovado em outubro do ano passado, segundo o Estatuto das Cidades, e não foi aprovado. Está em via de ser aprovado, está em via de ser apresentado. Faço parte, eu e mais alguns que estão aqui, do núcleo gestor do plano diretor, faço parte, a UNIRON também faz parte. E nós fizemos um trabalho danado, convocando pessoas para as palestras, para as oficinas e o plano não saiu até agora e, praticamente, quase tudo que está em propostas, em relação ao desenvolvimento urbano, deveria fazer parte desse plano diretor.

Então, vai aqui a minha preocupação, temos que ter um bom plano diretor e queremos que esse plano diretor seja aprovado o quanto antes. Aí está uma convocação, que eu acabei de falar com o Vereador também aqui, para puxar e que saia logo e com participação. Então, além de levar essas propostas para FURNAS e Odebrecht para fazer parte do leilão, da proposta de leilão, que isso também seja encaminhado à Prefeitura para que faça parte do plano diretor, que não seja um plano diretor feito por empresas, depois debatido rapidamente na Câmara e aprovado, mas que tenha, que contemple tudo isso: que o lado margem esquerda não seja ocupado com residências ou indústrias, que tenha o verde, isso está no plano diretor. E uma outra coisa também que eu acho que é bom lembrar é o seguinte: fala-se muito em ampliar a capacidade de geração elétrica do Estado. O Estado de Rondônia já gera mais energia do que precisa, tanto que manda para o Acre. Então, não adianta só melhorar a geração, ampliar a geração de energia elétrica, tem que se melhorar a distribuição. Nós temos uma das energias mais caras e de pior qualidade aqui na cidade de Porto Velho, muita empresa que se instala aqui tem grande dificuldade para regularizar a energia dela porque queima máquina, porque queima aparelhagem, por quê? Porque a distribuição é ruim. Então é necessário também, dentro das nossas propostas, que se encaminhe o quê? Que haja uma melhoria na distribuição de energia e, com certeza, melhorando a distribuição de energia, vai cair o preço também, porque muito do preço hoje é porque existe um grande desperdício. Segundo a própria CERON, cinquenta por cento são desperdiçados da energia que é fornecida. Então, melhorar a energia e focar um pouco nosso plano diretor. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neri Firigolo) – Com a palavra o Vereador Kruger Darwich. Nós gostaríamos, não sei se é pertinente, que fosse estabelecido um tempo, porque nós

estamos hoje, já é quase meio dia, em três minutos, eu acho que daria para fazer.. Claro que a gente abriria concessão se fosse o caso, quando se torna uma coisa bem mais proveitosa, mas falar três minutos até para que a gente possa estar esvaziando já.

O SR. KRUGER DARWICH – Obrigado, Deputado. Eu sou o Vereador Kruger, de Porto Velho. Quero cumprimentar o Presidente dos trabalhos; cumprimentar todos da Mesa, o Deputado Valverde, o Deputado Jesualdo, o Jorge, o Professor Linhares, o Doutor Ivo Benitez; o Presidente do CREA, Geraldo Sena; cumprimentar o Deputado Miguel Sena; o Deputado Valter Araújo; o Deputado Valdivino; cumprimentar também o meu colega companheiro de Câmara, o Pitico; quero cumprimentar aqui o Bengala; os nossos amigos aí; o Marrocos, enfim, todas as pessoas que estão aqui.

Eu vou-me ater mais especificamente a algumas sugestões que eu quero dar do trabalho que foi apresentado aqui pelo Geraldo e pelo Deputado Jesualdo. E também, aqui, não poderia deixar de lembrar também que, quando nós estivemos em Brasília, os Deputados Eduardo Valverde foi um Deputado incansável na peregrinação que a Câmara Municipal fez em Brasília. Quero agradecer a participação dele como de outros Deputados, do Senador Valdir Raupp, da Deputada Marina Raupp, do Deputado Garçon, que nos assessoraram e nos acompanharam nas nossas audiências em Brasília.

Mas eu quero, particularmente, me ater às questões que o Geraldo e o Deputado Jesualdo colocaram aqui. A minha sugestão é o seguinte, eu acho que nós devemos, já que falamos tanto em geração de emprego e renda, inserir o SEBRAE nessa questão da geração de emprego e renda. Eu trabalhei no SEBRAE, eu acho que o SEBRAE tem uma grande contribuição a dar. Eu acho que nós deveríamos buscar de imediato essa parceria, porque, normalmente, nós estamos pensando nas coisas que vão acontecer, mas nós devemos nos antecipar a essas questões. A Prefeitura está fazendo ações na questão do treinamento e capacitação, mas eu acho que o SEBRAE é peça fundamental nessa questão. Não sei se vocês incluíram o SEBRAE nesse trabalho, mas é uma sugestão que eu deixo aqui para vocês. Outra questão que normalmente nessas questões da energia, o Deputado Eduardo sabe muito bem também, quando teve esse Linhão aqui, para o interior de Rondônia, nós deixamos algumas comunidades sem energia elétrica. Então eu acho que é uma preocupação que nós devemos ter é o seguinte: colocar como ponto, toda a população de Rondônia deve ter energia elétrica, toda, as comunidades dos ribeirinhos, comunidades indígenas, enfim, nós devemos colocar energia para todo o povo de Rondônia. Eu acho uma injustiça nós produzirmos energia que vamos produzir para o Brasil e deixarmos o nosso povo, em pleno século XXI, com toda essa quantidade de energia, sem energia para eles que é de fundamental importância. Nós temos o Programa Luz Para Todos que infelizmente, em Rondônia, está paralisado. A CERON retomou, mas veio uma empresa de fora que não concluiu os trabalhos do Luz Para Todos. Então, nossa comunidade, somente a comunidade ribeirinha aqui de São Carlos, Calama, enfim, Nazaré, estão sem energia elétrica ainda. Então nós precisamos ter essa preocupação com a nossa população de colocarmos energia, ter prioridade. Não sei de que forma, mas a prioridade deve ser para todos os rondonienses para que não fiquem sem esse benefício da energia elétrica.

Quando a Deputada colocou aqui a questão da... e o Deputado colocou, aqui, a questão de cada município voltar para a sua vocação, eu acho que nós devemos, também, nos antecipar e aí o SEBRAE também é muito importante para que a gente possa fazer um diagnóstico sócio-econômico de todos os distritos de Porto Velho. E só através de um diagnóstico sócio-econômico é que nós podemos levantar realmente a vocação de cada município desses para nós tirarmos o maior

proveito possível desses empreendimentos, para o nosso povo ter, justamente, aquilo que nós queremos, que é o emprego e renda e uma condição de vida melhor.

A questão do plano diretor, falar para o nosso amigo que apesar da lei dizer que era em outubro do ano passado, foi prorrogada para outubro deste ano. E nós estamos aguardando na Câmara, eu sou o Presidente da Comissão de Obras e até agora não chegou à Câmara o plano diretor, mas nós estamos atentos a isso e você e com certeza toda população será convidada, porque nós temos que realizar três audiências públicas quando o plano diretor, o projeto chegar à Câmara Municipal.

Eu fico muito preocupado, Geraldo e Deputado Jesualdo, na questão do controle de todas essas propostas que foram elencadas aqui. Nós precisamos ter o mecanismo de controlar essas ações. Eu acho que não é o Comitê, o Conselho que vocês estão sugerindo é muito importante, mas eu acho que nós temos que ter algum mecanismo para controlar essas ações. Por exemplo, a gente fala em priorizar os empregos para os rondonienses, para os porto-velhenses; como nós vamos controlar isso? Nós temos que ter um mecanismo de controle disso aí, porque na hora que abrir emprego vem gente do Nordeste, do Sul, do Sudeste, do Japão, da China, de qualquer lugar e nós não podemos impedir essas pessoas de entrarem em Rondônia. Então, como é que nós vamos controlar, priorizar esses empregos para o povo de Rondônia e para o povo de Porto Velho? E uma preocupação que eu tenho e tenho me perguntado muito sobre isso, porque no momento que você anuncia uma questão dessa, as pessoas vão migrar para cá, como teve em outras épocas passadas aqui em Rondônia, em Porto Velho. Então precisamos criar um mecanismo de controlar isso aí.

Outra preocupação que eu tenho, que eu tenho feito uma, eu sou defensor claro da construção dessas usinas, mas eu tenho me preocupado, porque quando essas coisas acontecem, a gente está vendo que vai acontecer, mas quando elas acontecem, esse fluxo migratório que virá para Rondônia, não será, vêm mil pessoas num mês, vêm duas mil daqui a dois meses, vêm três mil daqui a cinco meses... Não vai ser dessa forma. De repente nós podemos ter no início dessas obras 100 mil pessoas aqui dentro. É uma preocupação que eu tenho para nós nos anteciparmos na questão da saúde, na questão das escolas, na questão da segurança.

Então, se nós precisamos nos antever ao futuro, hoje, nós já deveríamos estar construindo hospitais; já deveríamos estar construindo escolas; já deveríamos estar construindo postos de saúde; já deveríamos estar preocupados com a segurança pública. E eu não estou vendo, essencialmente, e faço parte desse Comitê, essas ações de antecipar essas questões que, de imediato, vão acontecer em Porto Velho, em Rondônia. Basta dizer: a licença prévia foi assinada. Aí lá vem uma porção de gente para Rondônia, e aí? Nós não temos condições de atender nem o nosso povo aqui nos postos de saúde e nos hospitais, imaginem quando abrir, quando anunciarem isso, porque quem vai anunciar é o Governo Federal, imaginem a quantidade de pessoas que nós vamos receber aqui, de imediato.

E, por fim, dizer que nós todos estamos atentos, eu quero, estou inserido nesse processo, estou preocupado com o processo, eu acho que nós devemos ter a nossa responsabilidade social e ambiental, esse trabalho de vocês está excelente, Geraldo, Deputado, muito bem feito, Jorge Luiz, o trabalho de vocês, se eu puder contribuir com alguma coisa eu vou contribuir, quero realmente participar desse trabalho de vocês, mas tenho essas preocupações, que a gente realmente deve estar atento com o que vai acontecer, de imediato, aqui em Porto Velho e no Estado de Rondônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neri Firigolo) – Nós gostaríamos de dizer que os Parlamentares também estão presentes e poderão fazer parte do debate. E agradecer ao Vereador, até porque cabe às instituições, à Assembléia e à Câmara de Vereadores criarem leis para proteger esses mecanismos de emprego, com certeza.

Agora passamos a palavra ao Jones, que é o representante da Associação dos Ribeirinhos. E no final vai ter um apanhado de todas as propostas, que será encaminhado através do Comitê, que todo mundo faz parte, até para encaminhar para os municípios para que os Prefeitos tomem conhecimento e também as pessoas que têm centros de formações, como tem o Padre Marcelo, como tem o Padre Franco, eu acho que são importantes nessa questão de criar a mão-de-obra alternativa.

O SR. JONES BARROSO BRITO – Bom dia. Bom dia a todos. Bom, eu vou começar, Jorge Luiz, eu vou começar com uma crítica. Em todas as reuniões das quais nós somos convidados, eu acho que as usinas da Madeira, eu falo sempre numa preocupação que a gente teve, porque se foi criado esse Comitê é porque o contra se organizou. FURNAS se preocupou em conscientizar o ribeirinho e esqueceu a Capital. Então o que aconteceu? O contra se posicionou dentro da Capital e nós, ribeirinhos, nós estávamos bem informados e não caímos na lábia deles; e não informaram a Capital. Então, a Capital ficou confusa e todas as reuniões, das quais nós participamos, é colocado sempre zona leste, zona sul, os empresários, o SENGE, o CREA e nós, ribeirinhos, somos convidados e, geralmente, esquecem de falar o nome do conselho, das associações e a presença dos ribeirinhos, até do indígena que se encontra ali também, o Orlando Karitiana, também.

Então, eu gostaria de colocar isso aí. E eu quero falar que foi lançado o PLANCEC, na capital Porto Velho, não é, Linhares? A gente já conversou sobre isso, foi lançado o PLANCEC para a capital Porto Velho e nós, 1º Secretário do Conselho das Associações e Cooperativas do Médio e Baixo Madeira, que hoje nós somos 35 entidades, 69 comunidades e também me coube de representar a jusante, agora também a montante, os nossos amigos, o Bengala lá de Jaci-Paraná, a nossa amiga de Mutum Paraná. Então, a minha grande preocupação hoje, vocês sabem que todas, a maioria dos municípios tem uma casa de apoio aqui na capital de Porto Velho, por quê? Porque hoje nós temos o pronto-socorro, o Hospital de Base aqui na capital. Então essas pessoas vêm doentes de lá para cá e se colocam dentro dessas casas de apoio e aqui tem as pessoas que colocam numa ambulância, num carro e tem as facilidades de chegar com o diretor do João Paulo II, passar na frente e encaminhar para ser atendido o mais rápido, por quê? Porque eles têm que se deslocar de volta para suas cidades. E nós, ribeirinhos, nós não temos essa casa de apoio. O que acontece? Os ribeirinhos chegam em barcos, vamos dizer que venham de Maici, chegam de Maici, chegam aqui e vêm no Paulo Arnaldo, chegam no Paulo Arnaldo, é um barco, recreio. Aí eles chegam aqui para fazer um tratamento, caiu de um açazeiro, quebrou a coluna, aí a mãe dele, o pai dele vem com ele, ele chega aqui e fica dentro do Paulo Arnaldo. Aí ele chega aqui na segunda, no domingo à noite; quinta-feira o Paulo Arnaldo desce de novo. Não deu para ele fazer o tratamento, ele tem que passar para outro barco. Não deu para ele fazer o tratamento, ele passa para outro, vive pulando igual macaco. Então, a gente quer criar uma casa de apoio para quê? Para que esse ribeirinho, quando ele vier para cá, ele tenha um local para ele ficar, com comida, com carro para ele andar, porque geralmente ele vem de lá para cá, não é esperado essa doença acontecer, então ele vem para cá desprevenido de tudo. Então, a gente propõe a criação de uma casa de apoio. E nós estamos trabalhando nisso aí, nós já temos o projeto, encaminhamos ao Deputado

Alex Testoni, que nos deu apoio total nesse projeto, que é uma pessoa que comprou aí uma briga com o vizinho, com a qual nós tivemos uma facilidade de ter um acesso maior. E a outra questão, já foi colocada aqui, o deslocamento e permanência de um navio militar da Marinha para garantir a segurança das famílias ribeirinhas, durante e após a construção das usinas, haja vista que o único meio de transporte é o rio, e as famílias vivem em seu habitat, atualmente, sem qualquer preocupação de invasores ou pescadores das culturas e costumes sociais. Quer dizer, hoje uma mulher desce para a beira do rio, vai, toma o seu banho tranquilamente e vice-versa. Quer dizer, com a construção, com a chegada desses povos, hoje, gente, o ribeirinho vivia isolado, nós só éramos lembrados na época da política. Na época da política descia gente à vontade para lá. Hoje não. Hoje descem barcos lotados todos os dias, lembrando do ribeirinho.

Então o que vai acontecer com a chegada desse povo para cá, o que vai acontecer? Eles vão perder a sua cultura, a sua tomada de banho, por quê? Porque vai ficar muito fácil você pegar um rabeta, uma canoa aqui, eu fui agraciado com uma ambulância do Governador, e a minha, por ser muito próxima da Capital, foi a primeira a ser roubada, já foi roubada e os ladrões estavam aonde? Dentro de lá, do Nacional, do bairro Nacional. Quer dizer, eu achei ali o meu motor, só roubaram o motor. Quer dizer, isso aí vai acontecer muito, vão pegar um barco, vão descer aqui e vão sair roubando. Os ribeirinhos vão perder a privacidade, a cultura que eles têm. Então isso é uma grande preocupação também.

Outra grande preocupação, quando eu falei do PLANCEC, estão se preocupando muito com a Capital, é bom se preocupar, claro, os empresários, o CREA, como eu já falei, foi falado, só os empresários falaram, o CREA, a zona leste, a zona sul, quer dizer, foram todos lembrados. Mas eu venho batendo sempre na mesma tecla, nós temos que lembrar dos ribeirinhos da jusante, do montante. O montante, gente, está mais tranqüilo, por quê? Porque o montante vai ser agraciado com o deslocamento, com construção de novas casas, quer dizer, eles já são mais lembrados, por quê? Porque vão ser realmente os atingidos. FURNAS fala para nós que nós não vamos ser atingidos, mas nós vamos ser atingidos. Vai ter a sedimentação quando começar a subir as águas, vai ter a sedimentação, quer dizer, nós vamos ter um problema da pesca. O nosso rio, a água vai feder, vão ter vários problemas aí, vamos ser atingidos sim. Não adianta tentar colocar isso na cabeça do ribeirinho porque ele não é burro. Apesar do ensino ser muito pequeno para o ribeirinho, que as nossas edificações públicas de Saúde e Educação das comunidades ribeirinhas estão precárias mesmo, isso aí a gente tem que colocar. Uns estudos feito pelo Ministério Público, numa escala de zero a dez, saúde, educação, esporte, lazer não pegaram dez em nenhuma, não pegaram dez em nenhuma, pegaram até oito; tem comunidades que pegou zero.

Na minha comunidade, o Deputado Eduardo Valverde é sabedor disso, já visitou lá. Aquela porta da escola que o senhor mandou fotografar, ela caiu, Deputado, ela já caiu. E eu tenho projetos lá pedindo a reforma da escola e até hoje nada, um ensino precário, precário mesmo. Então, gente, quando a gente vem para um microfone deste, na frente de várias autoridades, claro que o tempo é pequeno, mas a gente quer desabafar, quer falar um pouco da comunidade. E se preocupam muito com o município de Porto Velho e se esquecem de nós que estamos lá lutando. Nós temos uma estrada que no ano passado nós conseguimos abrir 38 quilômetros, ela vai até a comunidade de Bom Jardim, na divisa com Itacuã; essa estrada não é uma estrada, ela é um varadouro e, hoje, a vegetação, quando a terra é boa, ela é boa para tudo, até para mato. Então eu quero dizer, nós abrimos o ano passado, o mato já está cobrindo tudo de novo, já virou uma capoeira, já está para virar mata virgem de novo. Então, quer dizer, nós

temos que ter estradas, nós temos que ter capacitação para os nossos ribeirinhos, na sua cultura, capacitação para o pescador, incentivo para a criação de peixe porque vai ter a sedimentação. Nós vamos ter que ter esse peixe, eles não vão ter que parar com a cultura porque o que eles sabem fazer é pescar, ele não sabe fazer outra coisa a não ser pescar, quando ele é pescador.

Então, o que nós temos que fazer? Cria-se um defeso, criam-se novas alternativas, construção de tanques, tanques-redes nos afluentes, quer dizer, para o horticultor, temos que trazer capacitação, estufas, irrigação. E isso aí, gente, cabe ao Poder Público e ao empreendedor, mas nós não temos o empreendedor, então cabe ao Poder Público. E nós, ribeirinhos, estamos abandonados. Isso aí eu quero falar, nós estamos abandonados. Para a gente conseguir uma máquina, eu estou bem aqui, a 10 quilômetros na estrada do Belmont, eu estou batalhando, gente, eu vou fazer o segundo arraial União das Comunidades do Médio Madeira, são 12 comunidades com 400 famílias. Eu consegui uma máquina, a Dra. Josélia me conseguiu uma máquina, para eu limpar o espaço de 200 metros quadrados para fazer o arraial. O ano passado eu fiz num espaço de 20 metros quadrados. Este ano já teve uma proporção maior, quero um espaço maior, ela conseguiu uma pá mecânica, fiz lá, num dia de serviço fiz o espaço, mas está aí, vão ter várias autoridades, a gente convoca as autoridades e a estrada do Belmont, hoje, nem de carroça dá para andar. Quer dizer, a gente vai no Poder Público: 'gente, arranja uma patrol, dá uma passadinha lá, dá uma passadinha lá no espaço que nós queremos fazer um torneio, tal', você vive batendo nas portas e não consegue uma máquina, uma patrol. Quer dizer, o meu arraial será 07, 08 de julho, até agora, ainda, eu não consegui uma patrol. Eu tenho até o final da semana para conseguir uma patrol. Quer dizer, tudo para nós, da jusante, é difícil. Vocês não sabem o que é você deixar, eu tenho uma criação de suínos e aves, você não sabe o que é você deixar lá e estar todos os dias aqui, o Jorge é sabedor disso, o Deputado, a maioria dos Deputados aqui que me conhecem, eu estou nesta Casa andando. Isso aqui gente, quando vocês me vêem aqui é correndo atrás de coisas para os ribeirinhos, porque eu represento 35 Associações e represento 69 comunidades. Então é uma vida difícil, perguntem para mim: tu é assalariado? Não. Eu não tenho salário nenhum. Eu vivo de vender os meus porcos, minhas galinhas. Agora eu não tenho dinheiro nem para comer, por quê? Porque os meus leitõezinhos estão desse tamanho e as minhas galinhas eu já acabei com quase todas. Mas é por amor, quando eu vejo alguém ir lá, ou quando alguém está falando, defendendo um ribeirinho, eu olho para cara dele e vejo se é politicamente ou se ele está atrás de pegar o pouco que ele não tem, porque o ribeirinho não tem. E hoje eu luto muito por isso, e eu vou para imprensa mesmo, podem abrir os jornais que eu estou na imprensa, eu falo, eu vou para imprensa falar. Fui convidado, agora, pela Sandra Annenberg, para a gente fazer uma entrevista amanhã, a gente vai descer, de meio dia para tarde, vamos descer, vamos de voadeira, vou levar ela nas comunidades, eu acho que vou até Cujubim, que ela está com pouco tempo. Quer dizer que vou à imprensa e falo mesmo, porque aproveitadores lá da comunidade ribeirinha não vai mais ter. E isso aí nós estamos demonstrando nas urnas. Eu fiz, agora, uma reunião no último dia 05, nós estávamos com 22 entidades cadastradas no CONACOBAM, hoje nós somos 35 e está vindo gente de Mutum Paraná, Jaci, Fortaleza do Abunã, está todo mundo procurando o Conselho para se filiar, por quê? Porque tem um lutador lá dentro que está brigando, me perguntam se sou candidato a vereador, não. Não sou candidato a nada. Só quero tocar o Conselho e quero que olhem para as comunidades ribeirinhas, porque nós vivemos abandonados, à mercê da sorte.

Então eu quero a Assembléia Legislativa, Câmara de Vereadores, Comitê Pró-Usina, do qual eu faço parte, sou um

dos fundadores, eu e mais o Jorge Luiz, Rafael. Então, eu quero que vocês interfiram, ajudem a gente a levantar a bandeira, vocês abram as portas das Secretarias, o Ministério Público, eu tenho lá várias denúncias feitas no CAOINF - Centro de Apoio Operacional à Infância, sobre a educação. A educação do ribeirinho, eu vou lhe falar, é zero, eu não dou nem um. Ali a minha mãe é professora, ela ali representa, porque eu estudei numa época que a gente, de primeira a quarta série, você dá aula para pessoas que estão fazendo faculdade. Porque eu não tinha, eu não saía, eu não tinha de quinta a oitava e eu repeti a quarta série, eu passava para quinta e ela me trazia de volta 4 vezes. Então eu estudei, estudei pouco, mas eu sei dar aula para gente que vai fazer faculdade. Então é isso aí, é o meu repúdio, a minha crítica, Deputado, o senhor sabe que eu sou bom de crítica e eu sei cobrar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neri Firigolo) – Queremos agradecer o desabafo, um direito, eu acho que até mostrando uma nova realidade, o Jones.

Agora passamos a palavra ao Orlando Karitiano que também vai fazer a sua explanação.

O SR. ORLANDO KARITIANO – Bom dia a todos. Eu sou Orlando Karitiano. Eu gostaria de dizer para todos que aqui, pela proposta, nem sequer falaram dos povos indígenas. Então eu fiquei meio, eu estou meio sem graça aqui de falar perante vocês. E eu sou lutador, estou aqui representando o meu povo Karitiana. Pelo estudo de impacto ambiental apresentado por FURNAS e Odebrecht, nós, povos Karitianas, somos afetados. Então, o que preocupa hoje, como os nossos problemas não são diferentes dos companheiros ribeirinhos, é exatamente a mesma coisa, eu acho que a gente se sente discriminado perante a sociedade não-indígena. Então, por isso a gente tem que se preocupar com esse empreendimento, nós somos a favor sim da construção da hidrelétrica, mas sim com a preocupação, tem que se preocupar com a fiscalização das terras indígenas, com a integridade física das terras indígenas e dos povos indígenas também. Se preocupar também com o projeto de auto-sustentabilidade para os povos indígenas afetados e atingidos. Eu acho que é só isso que eu tenho a dizer.

Muito obrigado a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Neri Firigolo) – Obrigado, Orlando, pela sua explanação.

Agora convidamos, para fazer uso da palavra, o Bengala.

O SR. JURANDIR RODRIGUES DE OLIVEIRA – Bom dia a todos e a todas. Eu gostaria aqui de cumprimentar, em nome do nosso companheiro Deputado Federal Eduardo Valverde e todos da Mesa, e em nome da Rosilene, todos da platéia.

Eu gostaria de parabenizar o Comitê por este trabalho e gostaria de dizer algumas coisas. E gostaria que, se tivessem essas reuniões, se tivessem os Parlamentares, se tivessem os Vereadores nessas reuniões que vêm fazendo há 3, 4 anos, eu até acredito que não estava no pé que está hoje, porque nós vimos se preocupar muito com os ribeirinhos, muito com Jaci, mas se preocuparam pouco com a Capital, como o companheiro acabou de falar. Então, como vimos os políticos com fórum, aí começaram, algumas pessoas, a atacar, até porque eles tinham uma razão muito grande porque nós vimos, hoje, que o pessoal de FURNAS falou que vai indenizar o pessoal ribeirinho. Eles vão indenizar as pessoas que serão atingidas, mas até hoje nós não vimos nada disso em documento, a não ser, hoje, a garantia dos Parlamentares, são os Vereadores e os Deputados, hoje. Porque na boca eles falam lá, eles dizem que vão indenizar, então eu tenho certeza que os ribeirinhos

têm que ter essa série de preocupação, porque, de repente, eles falam tudo isso e depois não cumprem com o que eles estão falando. E aí como é que vai ficar a situação dos ribeirinhos?

Eu gostaria de dizer, Deputados e Vereadores que estão aqui presentes, esse problema do meio ambiente, hoje nós já estamos sofrendo muito problema em Jaci-Paraná. E gostaria de pedir aos Vereadores, aos Deputados que estão aqui, que eles tomassem uma solução porque eles dizem bem assim: '– quando o empreendimento sair nós vamos construir isso, vamos construir aquilo e vamos construir aquilo', mas hoje, em Jaci-Paraná, com a demanda de gente que já tem em Jaci-Paraná, o mês passado nós tivemos 580 casos de malária em um mês. Quer dizer, é muito grande. E nós estamos lá com 580 casos de malária num mês e nós temos lá o mesmo cara da SUCAM, nós temos lá o mesmo médico, não aumentou nada. Então, quer dizer, hoje os órgãos públicos, desde hoje, já não vou falar nem no empreendimento, eles têm que se preocupar mais com isso, já aumentar no ribeirinho, aumentar em Jaci, aumentar em Mutum, que pudesse dar suporte para o pessoal não daqui a dois anos, três anos, que começasse dar agora, porque o pessoal já está sofrendo com isso. Nós vimos hoje, Deputado, eu só queria aqui citar para o Deputado, e gostaria até de não fazer uma crítica, que são nossos companheiros que trabalham conosco, também estou fazendo parte da administração do PT, Roberto Sobrinho, nós vimos hoje e já separamos, nós estamos com uma demanda, inclusive nós estivemos na CERON, a semana passada, conversando com o Presidente da CERON e nós estamos hoje, lá em Jaci, fazendo loteamento de terras com mais de 1.100 loteamentos de terras tudo irregular. E eu, como administrador, venho há mais de ano pedindo a regularização fundiária que pudesse tomar as providências para aquele povo não sofrer conseqüências, porque lá eles estão montando a casa deles e eles não vão ter, depois, energia elétrica lá, porque não vai passar, uma vez que não é regularizado pela Prefeitura. E nós vimos pedindo, Deputado, isso para a Fernanda há mais de ano e até hoje ela não tomou providência.

Então, hoje os Vereadores, os Deputados têm que se preocupar com isso, porque mais tarde como é que nós vamos ficar na situação? Jaci não vai crescer depois de vir o empreendimento, já está crescendo, estão chegando famílias todos os dias e estão chegando justamente por causa da usina. E nós não estamos dando condições para o povo de Jaci. Eu, o administrador, tem dia que eu só falto ficar doido porque não tem recurso, sofrendo, gente fazendo pressão de todos os lados e aí você não dá condições para o povo, como é que você fica? – Ah, mas vai construir usina. Um cara liga e diz: – Bengala, eu estou indo para aí, estou indo para cá, vai construir isso, vai construir aquilo, e você não dá condições. Então eu peço para os Parlamentares que nos ajudem nesse sistema. Eu sou favorável à usina, 100% favorável, mas peço aos Vereadores, aos Deputados que tomem providências. E queria parabenizar o Jorge por essa iniciativa de ter a oportunidade de debater sobre o assunto. Vamos, gente, valorizar; querer que a usina saia eu quero 100%, mas vamos dar condições desde agora, não vamos deixar quando o empreendimento começar, quando o empreendimento começar daqui 3, 4 anos e nesse tempo já morreu muita gente de malária.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Neri Firigolo) – Agradecemos ao Bengala pela sua explanação.

Agora com a palavra a Rosália. Nós temos mais duas pessoas inscritas, depois dela é Israel e no encerramento o administrador de Calama.

A SRA. ROSÁLIA OLIVEIRA – Bom dia a todas e todos. Em nome do Deputado Jesualdo, quero cumprimentar todos da Mesa.

Com relação à proposta de criação do Conselho, eu mesma, particularmente, sou membro do Conselho Nacional das Cidades e a gente tem como proposta não ficar criando conselhos e conselhos e mais conselhos. A nossa proposta é de criar um Conselho de Desenvolvimento Urbano e a partir do Conselho de Desenvolvimento Urbano se crie o Conselho Gestor de qualquer recurso que venha para o nosso Estado. Isso a Assembléia e a Câmara de Vereadores podem estar trabalhando isso, que até encaminhei isso junto com o Deputado Valter Araújo algumas propostas, eu procurei outros Deputados e eles também não deram a mínima e a gente está trabalhando isso já há uns dois meses. E a questão do Fundo Nacional de Moradias Populares também tem que virar lei estadual, é Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, que é o FNHIS, e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. Esse Fundo e o Sistema também têm que virar lei municipal e estadual, justamente por causa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Sistema e o Fundo têm que se adequar às leis municipais e estaduais. E respondendo aqui a um questionamento que foi feito para a Câmara de Vereadores, a não aprovação do plano diretor no prazo que foi estipulado, de 2001 a 2006, que era um limite de 10 de outubro de 2006, a lei não pode ser revogada. A Prefeitura não tem, nenhuma Prefeitura tem prazo mais para aprovação do plano diretor. Isso dá uma causa de improbidade administrativa e não sei por que o Ministério Público ainda não se posicionou quanto à questão do plano diretor, mas a gente tem feito alguns questionamentos, Vereador, e a gente imagina que nem todos os vereadores nossos se apropriaram do plano diretor, eles não têm conhecimento do que a comunidade discutiu, que a Secretaria de Planejamento fez várias oficinas e a Câmara também não se posiciona, nem pressiona o Prefeito para que o plano seja aprovado. E eu quero fazer esse adendo ao Conselho porque o Conselho tem que ter 60% da sociedade civil. A sociedade civil é quem tem que dizer de que forma esse recurso tem que ser aplicado na sua cidade e no seu Estado. Quanto à questão dos ribeirinhos, a questão que o Jones coloca aqui é viável e coerente. Só temos que ter condições, e que os Poderes dêem condições para que os ribeirinhos tragam suas propostas também. A gente não vai trazer os ribeirinhos de lá, a gente vai sair daqui e ir para lá. Nós não podemos fazer com que a nossa comunidade, que vive em situação precária, saia dos seus locais de origem para vir discutir política pública. Eu acho que a gente tem que começar a sair dos gabinetes e fazer um trabalho diferenciado. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neri Firigolo) – Obrigado, Rosália. Só um minutinho. Eu gostaria até, antes de passar a palavra, tem mais duas pessoas inscritas, o Deputado Eduardo Valverde está me propondo até para se despedir porque ele tem compromisso no Congresso.

O SR. IVO BENITEZ - Rapidamente. A questão do plano diretor, o Ministério Público tem cobrado insistentemente, participado também, constantemente, de reuniões com a municipalidade; várias pessoas, vários técnicos. Há um problema a ser olhado e a Câmara de Vereadores, sim, precisa, porque eu já estive lá na Câmara de Vereadores o ano passado e pedi a participação da Câmara de Vereadores para que participe não só a classe política, mas que a Câmara de Vereadores incentive a participação popular. O plano diretor tem que ser participativo, prazo já vencido, mas nós estamos atentos a isso.

O Ministério Público já fez termo de ajustamento com o Município, e o Município, isso não é da minha área ali, mas nós temos já os Promotores se movimentando aí. Então eu acho importante conhecer essa resposta aí. A questão de criação de Conselho, há a criação de um Conselho de Gestão na 163, lá no Mato Grosso, também para gerir todos os problemas daquela estrada. Eu acho que aqui na área da hidrelétrica nós já fizemos essa proposta para o Telton, que é um dos responsáveis lá em Brasília, para coordenar as ações públicas a respeito e não obtivemos resposta ainda, mas esse assunto vem sendo tratado em reuniões. E muitas coisas que nós estamos observando aqui, estão tendo, às vezes, até algumas reclamações, são questões que precisam ser resolvidas pela administração pública.

Os senhores verifiquem e vejam o quanto nós estamos com dificuldades na área da administração pública, seja federal, estadual, ou, muito maior, a municipal, por maior boa vontade que a gente observe do Prefeito, as dificuldades, até a estrada do Belmont não está fácil de fazer por razões óbvias, razões próprias ali da Prefeitura e também tempo de chuva. Quer dizer, são questões aí que são interessantes para serem abordadas, mas mostram como que essa hidrelétrica mexe com a gente, antes do licenciamento, que dirá depois.

O SR. PRESIDENTE (Neri Firigolo) – Obrigado, Promotor Benitez.

Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE – Eu vou pedir licença que eu tenho que pegar o avião daqui a pouco. Peço licença aqui à Mesa, aos participantes deste evento, cumprimentar o Deputado Valter Araújo, tinha vontade de fazê-lo; cumprimentar o Alan. Queria deixar também uma sugestão ao Comitê e à Assembléia Legislativa. Porque até então essas discussões estavam sendo produzidas até por uma necessidade legal, por parte de FURNAS e Odebrecht, discussão sobre a construção da hidrelétrica do Madeira. Obviamente que nós temos que fazer essa discussão num aspecto muito maior, porque na dimensão que é do empreendedor, que está sendo, o que foi feito é tão somente um estudo para ter o licenciamento, que pode nem ser esse consórcio o ganhador do leilão. Vai ter um leilão posteriormente e pode ganhar esse consórcio e pode ser outro consórcio. E essa responsabilidade pelas ações mitigatórias e compensatórias é de quem vencer a licitação, certo? Agora, nós da Amazônia e nós de Rondônia podemos, aproveitando esse contexto de investimento, e olha que esse investimento é o maior do PAC, e nós estamos vendo briga entre Rio de Janeiro e Espírito Santo pela possibilidade de ter uma refinaria, a briga entre o Ceará e Pernambuco pela refinaria da PETROBRAS, que são investimentos na ordem de sete a oito bilhões, estamos tendo aqui um investimento de vinte e oito bilhões sem briga com os vizinhos. Então já é, quer dizer, a sorte de ter investimento, a maior obra do PAC em Rondônia, sem ficar disputando politicamente com o Amazonas, com o Pará e nem com o Acre.

Bem, o que isso resultaria para nós? É aproveitar bem esses investimentos e alavancar a economia regional. Aí entra essa preocupação toda sobre o que fazer. O que fazer com esses investimentos, certo? Sendo da lógica tão-somente da construção de uma usina para gerar energia elétrica, partimos para a lógica de aproveitar a inversão financeira para alavancar e sustentabilizar a economia regional e enfrentar esses problemas que o Jones apontou. Por que o Estado não investe? Obviamente porque a nossa receita é insignificante. O Estado vive ainda da agricultura, de fontes primárias. A economia regional ainda é débil. Aproveitando a inversão financeira, organizando a nossa economia, agregando valor à base material da nossa economia, é possível que nós tenhamos um desenvolvimento em base mais harmoniosa e capacitar os

governos a fazer enfrentamento nessas situações de investimentos, de saúde, educação, infra-estrutura. Por isso, quando foi apontado aí na cidade, está correto o Promotor Ivo Benitez, a formação de um grupo de trabalho interministerial para articular as ações de Governo, tanto em nível municipal, estadual e federal, para que não se espere, ou seja, quando houver o licenciamento, houver o leilão e iniciar efetivamente a construção, não espere ela terminar para tomar providências. Ou seja, dentro desse contexto geopolítico começar a tomar ações, o que cabe ao empreendedor, o que cabe ao setor privado e o que cabe ao Estado fazer.

Então, esse apoderamento passou pela sociedade, eu vejo, pois sou do Comitê, porque ela apodera a sociedade. E a sociedade apoderada, se apoderando desse conhecimento, ela se articula melhor para direcionar o crescimento econômico, social e ambiental. Então eu peço licença, vamos buscar, ao longo desse trajeto, longo trajeto, buscar contribuir para chegar a essa situação ideal.

Um abraço. Obrigado, Deputado Neri. Cumprimento-o pela sua ousadia, tanto sua, do Deputado Jesualdo, dos Deputados Estaduais de Rondônia, porque coloca a Assembléia Legislativa como parceira desse processo, uma parceira disso. Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Neri Firigolo) – Obrigado, Deputado Eduardo.

Agora, com a palavra o senhor Israel.

O SR. ISRAEL TRINDADE – Quero cumprimentar a Mesa, o Deputado Jesualdo, Deputado Neri Firigolo e parabenizar por esta audiência. Dizer que eu estou aqui representando a UEE, que é a União dos Universitários e a UERES e quero deixar bem claro que hoje existe um rol de entidades que se dizem representantes dos estudantes, mas nós somos entidade de representação de estudantes, de verdade, porque nós fomos eleitos em congresso, em discussão de grupo de trabalho, não são essas entidades cartoriais, criadas na calada da noite, onde pode-se criar e ir ao cartório e registrar. Uma entidade registrada que se reuniu em assembléia e foi criada uma entidade com o propósito de comercializar carteirinha. Então eu quero dizer que, deixar bem claro para quem ainda não tem conhecimento, qual é o trabalho de nossas entidades, que é a UERES – União Estadual Rondoniense dos Estudantes Secundaristas e a UEE, que é a União dos Estudantes Universitários. E, nesse propósito, nós estamos aqui a convite do Jorge Luiz, que tem conhecimento sobre o nosso trabalho, o qual nós já participamos de várias discussões de interesse da política do nosso Estado, do nosso município e nós vemos aí a super importância do empreendimento da usina, dentro do nosso Estado. Não só da usina, mas sim, como também, uma coisa que o nosso Procurador deixou aqui, a questão do nosso gasoduto, os empreendimentos dos shoppings, quero deixar bem claro que essas bandeiras são bandeiras de luta das nossas entidades, porque nós acreditamos na geração de emprego e renda do nosso município, do nosso Estado. Porque hoje, a juventude em si, vive, estuda o ensino fundamental, o ensino médio e aqueles que têm condições, que passam na UNIR ou que têm condições de fazer uma faculdade particular, ele ingressa, e sabemos que não temos capacitação para entrar no mercado de trabalho. Então, a periferia, no geral, hoje, até para vir fazer um cursinho para se preparar para um concurso público é difícil. Então, a juventude em si, a nossa periferia, vai buscar um outro lado, o lado da marginalidade.

Então, quando nós colocamos aqui, nesse propósito de, já dizendo que somos a favor da usina e sabemos o crescimento que vai haver dentro do nosso, então nós entendemos a seguinte questão, principalmente na questão, já foi colocado aqui a questão da segurança pública do nosso

Estado e a questão da saúde. E, houve, aqui, umas propostas e nós queríamos deixar, porque nós entendemos que há uma questão de não, nosso Estado não comporta nem o atendimento de saúde do nosso próprio Estado, então com esse crescimento, esse é o alicerce principal que nós entendemos, é a segurança pública e a saúde.

E por que não expandir já, desde já, agora, para dentro das escolas? Em Brasília, pessoas de lá, porque eu sou de lá e vim de lá, já havia, desde o início, um programa de saúde e segurança dentro das escolas municipais e estaduais, porque era um programa que já preparava aquele aluno que vai, às vezes, terminar o ensino médio e não tem a consciência ou não tem a capacitação do que é entrar no mercado de trabalho. Então, houve esse programa dentro das escolas que eles já entravam com a preparação, com o próprio aluno dentro das escolas. Então há uma preocupação porque aquele aluno que, aquele jovem lá da periferia, que às vezes termina o ensino médio e não pode ingressar no mercado de trabalho, ele vai entrar na marginalização, ele vai procurar uma sobrevivência.

Então nós temos assim uma preocupação em cima disso, deixamos aqui uma proposta para trabalharmos dentro dos estabelecimentos de ensino de educação a questão da saúde e segurança pública. Isso pode ser planejado para a gente trabalhar os nossos jovens que ali é o alicerce. Porque amanhã ou depois as conseqüências podem vir para todos nós que estamos aqui, ter um assalto que nem já acontece dentro do nosso Estado. Então eu quero deixar aqui que a UERES e a UEE têm uma preocupação em razão disso. E outra questão que eu queria deixar aqui, uma reflexão sobre a questão de hoje estarmos aqui discutindo a implantação da usina, e quem fez parte da discussão na época da instalação da TERMONORTE, dentro de nossa Porto Velho, um empreendimento dentro do nosso Estado, sabe-se que se falava muito do gasoduto e hoje nós sabemos que todo mundo esqueceu, esqueceu esse empreendimento. E hoje eu acho que vocês têm conhecimento que não é mais parte, prioridade do PAC, que o Programa de Aceleração do governo Lula, e crescimento. Quer dizer, foi esquecido. Será, aquelas discussões que havia entre as pessoas que participavam, políticos, a sociedade civil organizada, não se mobilizam mais em razão disso. Aí eu pergunto assim, vou deixar uma reflexão aqui, a questão do nosso empreendimento que hoje vem aqui, a capacitação para o mercado de trabalho, há, quando se foi colocado a questão do conselho para poder tomar esta contrapartida de poder estar fiscalizando, de poder estar buscando a melhoria, defender os interesses daqui, da nossa população e dos nossos interesses do nosso Estado, se o comitê vai dar continuidade, é uma preocupação, se ele vai dar continuidade até o fim das usinas, por quê? Porque há essa preocupação aonde nós vemos aqui hoje, por exemplo, nós já temos prova disso, que o gasoduto que era, foi toda aquela discussão da instalação da TERMONORTE, que nós teríamos, que nem o nosso Procurador colocou aqui, de presente o gasoduto. E hoje não faz parte, sequer, nem do PAC. Não é uma prioridade mais. E está todo mundo esquecido, envolvido nas questões das usinas.

Então, eu quero parabenizar o Comitê e quero dizer que é uma preocupação esta questão, principalmente em razão dos nossos jovens garantirem essa capacitação para eles, garantirem esse mercado de trabalho em razão de toda essa questão. Também eu queria aproveitar aqui, uma discussão que é sempre comentada na Câmara, pelo nosso Vereador Kruger Darwich, que é uma preocupação da juventude em geral, que a questão do nosso empreendimento, que hoje é uma discussão sobre a questão do shopping, shopping Porto Velho, que é uma bandeira de luta dos estudantes, da UERES, da UEE, porque entendemos que nos trará empregos, geração de renda e é um empreendimento. E sendo bem claro ao Vereador presente, às demais autoridades, que há sim uma discussão, na qual essa semana nós estaremos para conhecer esse

projeto, já procuramos, já encaminhamos um ofício pedindo para conhecer o projeto, que dentro desta discussão da Câmara Municipal, ao contrário da questão do shopping, porque há interesses da não construção do shopping, pelo motivo de que o Madeira Shopping só é integrado por questões políticas e interesse de alguns políticos dentro do Madeira Shopping, então quase todo dia tem uma matéria batendo na questão da construção do Shopping Porto Velho. Então eu quero deixar esta reflexão aqui e colocar uma seguinte questão também sobre a questão, na questão do processo da participação das entidades UEE e UERES, que nós estamos aí abertos, o que pudermos contribuir, estaremos, e eu acho assim que, eu queria até cobrar isso do Jorge aqui e das demais autoridades presentes, a questão assim na participação, mas no que nós pudermos contribuir estaremos de braços abertos, na participação desta discussão dentro das escolas e dentro das universidades, porque o pessoal do contra, foi o que nem o nosso amigo colocou, já estava, bem antes, já fazendo esse, essa discussão dentro das escolas, a Comissão de Justiça e Paz e outros. E, nós estamos, assim, vendo que a discussão está ficando muito voltada só à questão Assembléia, as entidades, tudo bem que as entidades representam, mas deve ter, essas discussões têm que ser levadas para os bairros, para as periferias para a gente, em si, manter a massa que é o povão que realmente é quem precisa de informação. Então eu quero deixar aqui essa reflexão em nome da UERES, que é União Estadual Rondoniense dos Estudantes Secundaristas e da UEE, que é União dos Estudantes Universitários. Então eu quero deixar aqui esta reflexão e agradecer pela oportunidade de estarmos aqui presente e podermos fazer a nossa proposta. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neri Firigolo) – Obrigado, Israel.

Para encerrar as discussões, nós temos aqui um senhor que mora, que é o administrador de Calama, Ismério Souza, que gostaria de usar a Tribuna. Primeiro o Vereador Kruger Darwich.

O SR. KRUGER DARWICH – Eu queria convidar o colega para, hoje à tarde, na Câmara, que eu convidei a Secretária de Regularização Fundiária, a Dra. Fernanda Kopanakis, que nós vamos discutir bastante essa questão, mas já dizendo de antemão que eu vou lhe mostrar o que eu estou discutindo e os meus questionamento e não sou contra o empreendimento do shopping, está certo? Mas se você puder ir hoje à tarde, se você puder hoje à tarde ir à Câmara, vai ser bastante debatido esta questão. Obrigado, Deputado.

O SR. ISMÉRIO SOUZA – Boa tarde aos senhores Deputados, ao Presidente da Assembléia. Eu não sou administrador atual, eu sou ex-administrador, da época do Chiquilito Erse, quando administrei Calama. Passando por aqui vi esta manifestação, aí aproveitando, sempre levo recados da minha comunidade. Eu queria parabenizar essa nova Assembléia, essa nova Câmara Municipal do Estado, sem ter um pingão de lembrança do passado. Aproveitar esse ensejo para levar a mensagem do meu povo, eu queria pedir aos senhores Deputados que olhassem com carinho para o distrito de Calama. Eu não vou aqui falar do Madeira, que é muito grande e de todas as localidades. Vou simplesmente falar de uma localidade que convivo lá, moro e tenho residência própria. Aquele povo, daquela localidade, é um povo muito sofrido. Queria aproveitar e dar um recado para a Câmara Municipal, que olhasse mais com carinho para aquela localidade, bem como a Assembléia em termos de que, a nossa população, quando não existia a capital de Porto Velho, já existia a tal falada Calama. Eu vejo muito desprezo com aquela localidade quando a população depende dos médicos de Porto Velho. Até porque a doença não tem hora para vir, não tem momentos

para acontecer e estamos vivendo com médicos de Porto Velho, descendo aos fins de semanas para atender a comunidade. É a nossa comunidade já passou da hora de ter um médico próprio, um clínico geral morando lá dentro. Quando alguém diz: 'mas qual é o médico que vai morar lá?'. Existe médico da ecologia, que gosta da ecologia, que é o nosso lugar. Só falta pagar bem para um médico desses, morar e atender a nossa comunidade, que é Calama, que vive à mercê de doenças graves, sem um atendimento de médico. Bem que temos uma boa enfermaria, temos enfermeiros profissionais, até que um tempo desse foi proibido atender a comunidade porque não é médico de fato e de direito, está certo. Vivemos há mais de 100 quilômetros da capital de Porto Velho, isso, no meu ver, com a comunidade, é até falta de ética administrativa do Estado, do município, de Rondônia, do Brasil, quando deixam uma comunidade, quando não existia a capital Porto Velho, à mercê de enfermeiros. Porque lá temos a nossa família, existe uma tradição naquela localidade, isso é um ponto fundamental, com todo respeito, dizendo: não tenho saudade da Câmara velha e nem dessa Assembléia velha. Estou feliz por essa nova bancada de Deputados Estaduais e por uma nova bancada da Câmara Municipal, para que não venha ficar igual no passado, estou aqui passando aquela mensagem, que quando eu estou na minha casa, em Calama, aquele povo passa para mim. Eu aproveitei esse momento para dar esse recado para os senhores, que a nossa comunidade depende de um médico morando lá dentro para atender o nosso povo. São mais de 100 quilômetros que vivemos daqui, e pela Constituição e pela saúde, o cidadão, o paciente só pode ser atendido por um clínico geral, Promotor, ou por um médico profissional, e onde está esse povo? De semana em semana, Calama já existe há mais de 200 anos, então com aquela comunidade, que é a maior comunidade ribeirinha, eu, no meu ver, existe uma falta de respeito. Estou falando aqui com palavras deles, a esse momento que eu jamais deparava encontrar. E espero, senhor Deputado que, com carinho, o senhor olhe essa situação.

Falando de educação, quando se falou, a gente tem que dar a César o que é de César. Falando do distrito de Calama, nós vemos a educação ruim, ela está funcionando bem, está indo bem. Isso é o que a gente vê do nosso povo. Eu estou trazendo essa crítica da saúde porque é uma crítica que acontece. Como bem vêem os senhores, não existe uma sociedade que não tem uma equipe médica, que não tem um médico de plantão que mora naquela localidade, que não tenha que sair daqui aos fins de semana, como já morreram duas pessoas lá. Cadê médico? Onde é que tinha médico? Temos que descer para Humaitá. Cadê a gasolina? Nós estamos numa ilha fechada, aonde tem mais de 6 mil pessoas. Então isso tem que ser olhado com carinho, porque quando se aproxima o pleito eleitoral todo mundo fica feliz, aí aparece liderança de tudo que é jeito, aparece tudo, mas antes disso a localidade está lá à mercê.

Outra coisa é a ponte de ferro construída na época do Jerônimo Santana. É uma vergonha, um patrimônio tão caro daquele, senhor Deputado, que foi construída na época desse Governador que nem sei por onde anda, que está acabada, a ponto de cair e matar muita criança que lida do centro ao São José, que é para as crianças estudarem. Aquilo trafega toda comunidade, aquela ponte, além de enferrujada, podre, bichada, ao ponto de causar um incidente grave àquela comunidade.

Por outro lado, Câmara Municipal, a ponte que liga Tancredo Neves ao centro está podre, porque foi feita na época que eu estava naquela administração; podre, ao ponto de cair criança e morrer criança afogada. Isso ninguém olha. Precisa de licitação, precisa de processo, qual é a firma que vai fazer, é um balaio de gato dos diabos, enquanto estamos lá convivendo com aquilo 24 horas.

Então, eu espero que, com carinho, o senhor leve essa mensagem para a sua Câmara, porque a política está

aparecendo e vai um monte de político mentir e usar o nosso povo. Nós já estamos fartos, enjoados dessa história. Não devo nada a político nenhum, não sou de gabinete nenhum, eu sou um cidadão honrado que vivo do meu trabalho, vivo da minha vida, com uma família constituída tal que a minha esposa, tenho 26 anos de casado e ela é filha daquela comunidade. Em nome dela, em nome do povo de Calama, senhor Presidente da Assembléia, eu trago esta mensagem, que eu tenho certeza que é um desabafo daquela comunidade quando a gente chega, quando a gente senta, quando a gente fica, que lá é a nossa moradia.

Calama é um lugar muito desprezado politicamente. Tanto se faz pela BR, tanto se fala no Madeira, mas eu não vejo chegar nada, eu não vejo certas lideranças que dizem que lideram Calama e lideram o Madeira, com residência própria, com moradia própria no Madeira, com domicílio eleitoral naquele local. Então eu deixo aqui a palavra do povo do distrito de Calama. Está de bem, está de parabéns essa nova Câmara Municipal, no meu ver, porque da passada nós não temos saudades não e desta Assembléia também, saudade nenhuma a gente tem da Assembléia velha, viu Deputado? Mas dessa nova a gente espera que muito trabalho seja feito em prol daquele povo. Isso sem lembrar aqui mais coisas ainda que tem a fazer por aquele lugar, por aquele distrito, bem como algumas vezes falta de medicamento. Não estou aqui dizendo de quem é ou de quem deixa de ser a culpa, mas nossa Calama, nosso distrito, aquele o qual eu honro, o povo nosso de Calama, e é lá que eu vou morrer, lá vou viver, meu sangue está enterrado ali dentro, sou caboclo no espírito, sou caboclo de natureza. Há 26 anos com a mesma esposa, casado naquele lugar, tenho muito amor e respeito por aquele povo. Agora, as autoridades, inclusive o Ministério Público, Doutor, também Ministério Público, do qual eu tenho um envolvimento desde Ji-Paraná e muito respeito por esse Poder, o Ministério Público, que também esse Ministério Público saía da cadeira e dê mais atenção para o nosso distrito também, acompanhando o problema da nossa localidade. Eis aqui um cidadão comportado de documentos no Estado de Rondônia, que a única coisa que eu sinto prazer é em ser cidadão para ter que falar para qualquer autoridade deste Estado, qualquer autoridade, me arrepiá, me dói quando eu falo daquele povo de Calama, quando alguns políticos dizem: 'o povo de Calama não presta'. É porque o povo de lá não é besta e não adianta político ir mentir lá, não, porque estão todos escolados. Tem político que vai lá e sai com a cueca furada, quando chega na capital reclama, mas é porque o nosso povo não é besta, o povo de Calama é um povo inteligente, ordeiro e trabalhador.

Outra coisa, abertura de ruas, Câmara Municipal, está lá, Calama tinha ruas, tinha uma minipista onde pousa avião bimotor. Tudo se acabou porque nunca fizeram nada, está lá para serem feitas as aberturas de ruas. Então, com todo respeito, fica aqui essa cobrança, Deputado, mais uma vez eu repito, não tenho saudade, eu não, o povo não tem saudade da Câmara velha. Sim, a gente espera que seja feito um trabalho ordeiro para aquela comunidade, através da Câmara Municipal e Assembléia do Estado, vendo a situação do médico que é um fator principal. Há 200 anos Calama não tem um médico morador, é um absurdo e existe um eleitorado, é um distrito constituído.

Então fica aqui esse pedido para que a nossa Calama seja lembrada dentro desta Assembléia Legislativa, que o povo de Calama seja visto, sequer, hoje, o nosso povo, Câmara Municipal, funcionários roçando ruas de facão, isso é um absurdo. Agora que foi um trator jerico para Calama, mas Calama tem que ter trator próprio, abertura de rua e aquele povo tem que ser tratado como cidade, porque a nossa terra é agrícola, só falta o investimento e o apoio político dentro dela. Eu estou aqui falando, mas nem esperava que esse momento podia existir, mas aonde existir uma brecha que se trata do

Madeira e do distrito de Calama eu trago a mensagem, senhor Presidente.

Muito obrigado, desculpem o incômodo. Eu respeito todos vocês, eu tenho sempre que todos que forem àquela localidade serão bem recebidos por aquele povo. O meu muito obrigado. Desculpem alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Neri Firigolo) - Está feito o protesto do cidadão que representa Calama. Eu acho muito importante.

Passamos a palavra, agora, ao Deputado Valter, que está querendo usar da palavra, e depois nós teremos as considerações finais, porque nós já estamos adiantados na hora, são quase treze horas, para que a gente possa encerrar esta Audiência Pública.

O SR. VALTER ARAÚJO – Senhor Presidente da Mesa, Deputado Neri Firigolo, e autor da propositura desta Audiência Pública; Doutor Ivo Benitez, em nome de quem cumprimento os demais componentes da Mesa; Vereador Kruger Darwich, meu companheiro de Câmara municipal; senhoras e senhores.

Eu quero, aqui, apenas fazer algumas considerações que tem me causado, de certa forma, Deputado Jesualdo, indignação, quando eu vejo sempre as cobranças em cima da Assembléia Legislativa, da forma que elas são colocadas, porque eu disse naquela reunião do Hotel Aquarius, Deputado Neri, quando foi questionada a questão da participação da Assembléia. Eu não sou responsável pelo que aconteceu na legislatura passada, na Assembléia legislativa, mas preciso falar desta legislatura que em todos os momentos em que fomos convocados, que fomos solicitados, nós, de pronto, estivemos à disposição para discutir todas as questões relacionadas ao Estado de Rondônia, em todas as suas esferas, em todas as situações. Inclusive, levantamos nesta Casa, por diversas vezes, questionamentos com relação ao tão sonhado e tão falado complexo do Madeira, o complexo de usinas. E quando surgiu a questão do Comitê, que foi solicitado, e eu quero aqui parabenizar o Jorge Luiz por todo o empenho, que você tem feito, pela forma que você tem tentado trabalhar isso, que a Assembléia Legislativa, que o Estado, através do Governo, que a Prefeitura, que a própria Câmara Municipal não fizessem ações isoladas, ou não fizessem em nome da Câmara ou da Prefeitura, mas que se juntassem ao Comitê Pró-Usinas para que houvesse uma voz uníssona no Estado de Rondônia e no Brasil, com relação às usinas, e assim nós o fizemos. E a minha tristeza, hoje, Doutor Ivo, é porque eu vejo V. Ex^a. aqui, com a maior boa vontade, querendo discutir, eu vejo o Linhares, eu vejo o CREA, eu vejo aqui alguns Parlamentares, eu vejo o Kruger, a sociedade, com alguns dos seus segmentos aqui representados, mas eu não vejo aqui aqueles que se intitulam os grandes mentores do Comitê, Jorge. Como eu também não vi isso na passeata, que na minha concepção foi uma vergonha. Porque se nós estamos falando de uma obra que vai gerar milhares de empregos, como também vai gerar problemas em todas as suas áreas, a começar pela questão da saúde, como tão bem colocou o Bengala, a começar pela questão da educação, pela própria condição educacional, por esta coisa toda que nós precisamos estruturar, principalmente no município de Porto Velho para receber estas obras, para dar suporte a todo o povo que vai se deslocar, de todas as regiões do Brasil em busca de um emprego. Se nós estamos aqui discutindo questões relacionadas à questão de infra-estrutura, da valorização da nossa indústria, cadê os nossos empresários? Deveriam estar aqui para discutir isto. Deveria estar aqui também toda a sociedade organizada, como está aqui a representação da classe indígena que não foi citada, mas que eu creio não foi esquecida, como deveriam estar aqui todos os administradores de todos os núcleos existentes na região de onde se está falando deste complexo de usina, de quem vai

ser atingido, de quem não vai, as populações que estão eminentemente envolvidas nesta discussão. Elas precisavam estar aqui. Como precisava estar aqui a Professora Fernanda Kopanakis, Secretária de Regularização Fundiária, como precisava estar aqui o INCRA, que é o grande responsável para dar para àqueles coitados que vivem ali há centenas de anos, às margens do rio Madeira, Vereador Kruger, e que nós discutimos muito isso na Câmara Municipal, e que não têm sequer uma carta de ocupação. E vão correr o risco de perder sua terra e de não ser sequer indenizados. Como deveria estar aqui o pessoal de FURNAS e Odebrecht que são os responsáveis pelo projeto que antecede a licença prévia, para dizer o que foi consolidado em todo este trabalho que eles fizeram, quais são, realmente, as populações atingidas, porque, pelo que eu entendi, hoje, aqui, está aqui o Jones que colocou que o Baixo Madeira vai ter problemas com a questão dos sedimentos, eles dizem que isso não vai ter, e foi um dos questionamentos que eu fiz na outra audiência, que vão ter problemas com a questão da pesca, e nós precisamos aclarar isso para, a partir daí, nós termos um norte, para pautarmos as nossas ações. Senão nós vamos ficar aqui fazendo discussões, vou dizer, até vazias, com pouquíssimas pessoas, sem ter o eco que deveria ter, sem sequer a participação da imprensa que é a grande propulsora dessas idéias e dos resultados dessas audiências, para que a gente, realmente, possa alcançar os nossos objetivos. Porque, como bem foi colocado aqui, as ONGs, que são contra, estão mobilizadas e com dinheiro no bolso e são eficientes no que fazem. Se tiver que mobilizar toda a sociedade, eles vão mobilizar, da forma deles, do jeito deles, do jeito que eles acharem melhor fazer. E é preciso que a gente comece a pensar nisso. Porque eu estou entendendo, Jorge, que o movimento está enfraquecendo. Não está surtindo o efeito que nós esperávamos. É o meu ponto de vista. E cheguei até a dizer para o Deputado Jesualdo, agora há pouco, e estava dizendo para a Deputada Daniela que nós precisamos, como Assembléia Legislativa, tomar uma posição com relação a isso. Chamar uma outra discussão, de uma forma diferenciada, chamar aqui os Prefeitos, chamar aqui os Administradores, chamar o pessoal de FURNAS e Odebrecht, se for preciso chamar o pessoal de Itaipu, que já tem experiência nisso e já se colocaram à disposição para esclarecer um monte de dúvidas e até nos orientar o que é que essas empresas que vão ganhar essa licitação para poder nos ajudar na questão da criação de infra-estrutura. Nós não temos ainda conhecimento do edital de licitação, quais são as obrigações das empresas que vão ganhar essa licitação, qual o tipo de investimento que eles vão ter que fazer em Rondônia, especialmente em Porto Velho e na Ponta do Abunã onde vão estar essas usinas, e vai ser a população mais atingida e que já é sofrida por demais. Nós ainda não sabemos, na questão de Mutum, 90% da população vai ser remanejada, para onde é que ela vai ser remanejada? Que tipo de auxílio que ela vai ter? E qual a forma que isso vai ser feito? Isso é preocupante e nós precisamos saber disso, nós precisamos criar essa discussão de direito e de fato. E eu concordo, não sei se foi o Jones que colocou, que nós precisamos sair de dentro desta Casa e ir lá onde eles estão, nós temos condições de fazer isso Jones. E eu creio que nós vamos fazer isso, para realmente formatar isso e conhecer isso amiúde, para fazer essa discussão com conhecimento.

Com relação ao que colocou aqui o Ismério, eu quero só aqui fazer algumas considerações. É válido o desabafo, são válidas as discussões, mas tem algumas coisas que me incomodam. Porque, como Vereador, eu passei dois anos, e o Kruger sabe disso e cobrou sempre isso, e a gente sempre cobrando a questão da resolução do problema de saúde do Baixo Madeira, de médico. E nós pegamos a acertar um salário, em média de doze mil e quinhentos reais, Dr. Ivo, para médicos que quisessem morar no Baixo Madeira e na Ponta do Abunã e não encontramos um. Chegamos a mandar documentos para

os Conselhos de Medicina de outros Estados oferecendo e não apareceu um. Os que apareceram, foram lá e pularam fora, não aceitaram. Então existe a possibilidade de contratar? Existe. Mas não acham profissionais que queiram morar lá, infelizmente.

Quando o Orlando coloca aqui a questão das escolas, é verdade que tem deficiência, mas eu tive a oportunidade de ir ao Baixo Madeira, especialmente em Calama, com o Governador Ivo Cassol, lá tem uma escola do Estado que está sendo reformada. O Governador se prontificou em reformar a ponte, mas tem impedimento porque tem um órgão aí que é do patrimônio histórico, que não aceita fazer a reforma da ponte, eles preferem que ela caia, que mate gente, que depois que ela cair vai ter que fazer outra, mas eles querem esperar cair para autorizar a fazer, mas já foi autorizado para fazer. Agora, precisa que haja esse entendimento, e aí eu peço que até o Ministério Público entre nisso porque são uma série de posicionamentos que eles têm, que eu não sei até que ponto existe legalidade para impedir que seja feita obra que é de interesse social, que é de interesse da comunidade.

Quando ele coloca a questão das estradas, estão sendo feitas, é solicitação minha. É solicitação do próprio Deputado Alexandre Brito, do Deputado Luiz Cláudio, está sendo feita estrada, o PROMEC está no Baixo Madeira e vai fazer esse trabalho, as ambulâncias que foram entregues, que são para prestar esse socorro à comunidade. Assim como, também, emendas minhas, do Deputado Luiz Cláudio e do Deputado Alexandre Brito, está sendo comprado um trator com grade, com todos os implementos para aquela comunidade gradear aquelas áreas de sapé que já estão desmatadas, para evitar o desmatamento e aproveitar aquelas áreas para produção, ali, na região.

Então, existem ações, existe uma série de coisas que estão sendo feitas. Então é preciso que a gente faça o desabafo, mas que diga também o que está sendo feito. Eu não consigo agüentar calado algumas coisas, sabendo que ações estão sendo feitas, ainda que não atendam todas as necessidades.

Com relação à Prefeitura, eu não sei, desde que me afastei da Câmara eu não acompanhei mais isso, mas entendo que há deficiência, Vereador Kruger, principalmente na questão da regularização fundiária. Essa é a primeira ação que a Prefeitura precisa ter para dar legalidade em todas as ações que vão ser feitas. É só isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neri Firigolo) – Agradecemos as palavras do Deputado Valter. Como não tem mais nenhum Deputado inscrito que gostaria de usar a palavra, passamos às considerações finais.

Com a palavra o Deputado Jesualdo, para as suas considerações finais.

O SR. JESUALDO PIRES – Eu vou ser bastante breve. Só agradecer aí o Deputado Neri Firigolo pela oportunidade; agradecer o Dr. Geraldo Sena, Presidente do CREA; Dr. Ivo; o Senhor Linhares; o Jorge. Dizer que eu acho que esta Audiência Pública foi muito produtiva. A gente sente que as pessoas que participam direta ou indiretamente desse empreendimento, as populações atingidas aí, e eu quero aqui fazer uma desculpa pública ao Orlando, porque, de fato, não houve essa preocupação, e recorde numa Audiência, Orlando, acerca de 45 dias atrás e reconheço que sou do interior, sou de Ji-Paraná e não conheço profundamente a situação aqui da Ponta do Abunã, essa região onde vão ser instaladas as usinas, e lembre-me que o Jones, naquela ocasião, lá no Hotel Aquárium, teria dito publicamente, lá, que naquela região não existia nenhum problema com comunidades indígenas. Isso eu ouvi e tem pessoas que ouviram, o Deputado Valter estava lá, você se levantou dizendo que, quando foi citado a questão do Peru, da Bolívia, você levantou, eu estou dizendo isso porque foi o que

eu ouvi naquela hora. Você disse que, o Jones tinha dito que não haveria nenhuma interferência nas comunidades indígenas.

O SR. JONES BARROSO BRITO – Eu só quero lhe explicar o seguinte, que foi colocado que na jusante teriam, me parece, que 70 comunidades indígenas. Foi colocado assim, não foi, Deputado Valter? Então, Deputado, não existe. Só existe, aqui, uma comunidade indígena que a gente muito conhece, e conheço até a Aldeia que é dos Karitianos, na época eu conheci, eu fui lá, era o Sizino Karitiana que era o cacique, então lá fica a 10 km do rio Madeira, na Maria Conga, no km 59. Então ela não é atingida. Simplesmente, a comunidade mais próxima, indígena, que fica no montante, mas ela está a 10 km da beira do rio, do outro lado da estrada BR-364, e que eles querem compensações ambientais, claro, evidentemente, mas que eles não serão os atingidos, não é Orlando? Eles não serão atingidos e só existe essa comunidade. A outra comunidade que existe fica a 200 km de Humaitá, que é a dos, não de Guajara, sim, mas tem uma em Humaitá que é no Mafuí, é a outra comunidade. São só essas duas comunidades mais próximas que tem, que ela pega também para o outro lado do rio, que é no rio, me esqueci o nome agora, que é lá no Caldeirão do Inferno que ele deságua, na Cachoeira Caldeirão do Inferno, o nome. Então, eu conheço o rio Madeira, de Humaitá, de palmo a palmo, até Guajará-Mirim, eu conheço todas, e eu afirmo mais uma vez, não existem 70 comunidades indígenas. Existe a do Karitiana que fica a 10 km da margem direita até a aldeia deles, fica do outro lado da estrada. Eu afirmo e digo: não existem comunidades que vão ser atingidas na jusante. Agora, no montante existe a margem esquerda do rio Madeira.

O SR. JESUALDO PIRES – Então, só para concluir. Então eu acho que é importante, Orlando, a gente vai, sim, debater, eu acho que o Comitê, e o Jorge já me posicionou aqui. Eu acho que é importante inserir todas as comunidades, sim, a comunidade indígena pode ter certeza não está sendo discriminada de forma alguma não. Eu acho que é importante a participação de vocês, as compensações que possam vir desse grande empreendimento, principalmente a vocês que têm o maior direito possível sobre toda essa região, pois são as pessoas que estão aqui desde o início. Então, eu quero pedir desculpas a vocês, se falhamos em alguma colocação aqui e dizer que o Jorge já fez todas as anotações aí. É importante, como eu disse no início, é um debate, um início de um trabalho, é o início de uma discussão e só tenho que agradecer, Jorge, a todos e me colocar à disposição. Nós vamos tentar aí, o Jorge depois, nas considerações finais, vai fazer as colocações finais aí.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neri Firigolo) – Com a palavra o Procurador de Justiça, Ivo Benitez.

O SR. IVO BENITEZ – Agradeço a oportunidade e devo dizer que apesar do pequeno número de pessoas, que a platéia poderia estar cheia, ou faltaram outras pessoas, mas a qualidade dos debates e o que essas pessoas nos ensinaram foi muito valioso. A gente começa a sentir assim a influência desses empreendimentos nas pequenas comunidades, porque aqui em Porto Velho, vamos chamar de grande comunidade Porto Velho, nós estamos estudando isso e afetados mais diretamente, então esses reflexos vêm complementar, vêm simplesmente somar àquilo que a gente já vem trazendo como preocupação há muito tempo.

Eu gostaria de dizer ao Comitê, não só ao Comitê, mas à Assembléia e à própria Câmara de Vereadores, para o Kruger, que sempre tem batalhado nessas questões, o CREA, sem dúvida alguma, sempre preocupado nessas questões, o CREA atualizado em relação aos problemas socioeconômicos,

na questão ambiental. Que esses estudos do Comitê, essa apresentação de hoje, ficou bem claro aqui que precisa ser ampliado, portanto é bom, isso é ótimo, então é um estudo aceito, um estudo acatado, precisa ser ampliado em termos de instituições e de idéias e depois condensado, que já há uma condensação, já há uma apresentação muito bem feita aqui, mas isso precisa ter uma finalização, um local para ser entregue, como tudo, o ideal teria sido, entregar todo esse debate, essas situações todas na Audiência Pública relativa ao EIA, ao estudo do EIA/RIMA da própria hidrelétrica. Mas, na época, por algum motivo, isso não aconteceu, e aqui devo lembrar, então, que nós temos novas oportunidades de apresentação, que é logo após a expedição da licença prévia e fixação de qual seria a instituição a realmente construir a usina, para que essas idéias sejam aproveitadas no PBA – Plano Básico Ambiental, ou qualquer outro nome que o IBAMA venha a dar a respeito, que é exatamente uma especificação, trazer mais diretamente o que deve ser feito, por quem deve ser feito, quando deve ser feito. Aquela preocupação, por exemplo, com a inundação de Mutum ou de outras comunidades que vão ser afetadas, como é que nós vamos discutir se nós não temos o outro lado? Então, nós sabemos que a comunidade de Mutum, a de Jaci, vão ser parcialmente afetadas, e outras, claro. Mas nós precisamos discutir isso também, não só especificamente com o que nós precisamos, mas com quem, quem vai realizar isso. E aí essas discussões a respeito das condições públicas, da administração pública, as dificuldades da administração, porque o maior peso vai cair nas instituições públicas. Nós não podemos pensar que a construtora vai cobrir todas as despesas porque não há meios, não há medida compensatória que suporte isso, se nós não vamos inviabilizar o projeto, como parece-me que já está inviabilizado aí o gasoduto. Nós estamos perdendo o gasoduto, parece-me que estamos só dando tchauzinho, apesar da necessidade que o Brasil tem desse gás. Mas quem sabe lá para frente, com esse início de adesão política que nós estamos vendo em Rondônia, que a coisa aí comece a funcionar e a gente consiga, por influências políticas, mostrar também as melhorias econômicas que viriam para a região com esse gasoduto. Essas idéias, eu diria também que o Ministério Público já apresentou grande parte delas, está no site do Ministério Público, nós temos discutido isso aí, mas é muito importante que o Comitê e os políticos levem à frente também para o PPA, que é um plano estadual, o Governo do Estado está fazendo, e houve uma reunião, eu não estava presente porque eu estava viajando, e o plano diretor municipal. Isso tem que fazer parte daquele plano diretor, de forma que possibilite, lá na frente, possíveis alterações, melhorias, etc.

Tudo isso mostra uma situação, que eu falei na Audiência Pública, do EIA/RIMA, eu sugeri para o IBAMA que as condicionantes da licença prévia fossem condicionantes abertas. E eu recebi críticas de universitários, de professores dizendo que isso não existe no Meio Ambiente, tem que ser tudo definido. Olha, se eu for construir algo que eu tenha experiência, que eu saiba, eu defino, eu vou fazer tal prédio, tal sala, com tal medida em tanto tempo. Uma hidrelétrica dessa, no rio Madeira, como o rio Madeira, que não tem similar no mundo, eu não posso dizer: 'olha, em tanto tempo eu entrego, ou com 5 kg de cimento eu resolvo esse problema aqui'. Não. Eu tenho que, por todo o período da construção, renovar estudos, ampliar esses estudos, e daí que as condicionantes teriam que ser abertas. Por quê? Para atender essas necessidades que vão aparecendo. Nós estamos numa região amazônica, quem é da área universitária sabe disso, onde os estudos, as pesquisas foram mínimas, foram poucas. Olhando análises feitas pelos principais peritos internacionais, a respeito dos problemas do rio Madeira, a gente observa a falta de dados científicos a respeito de vários assuntos. Então, nós estamos vivendo em termos de licenciamento, em termos de implantação, um processo. O quê significa um processo?

Significa que são vários atos, várias ações, isso vai precisar então vários estudos, atualização, adequação, por todo o tempo. Nós estamos lidando certamente com situações mutantes, que se modificam por tempo. Os aspectos sociais são claros, os aspectos econômicos, porque onde o homem entra, chega, ele altera a economia, seja implementando ou não, e claro as questões ecológicas que hoje nós não discutimos e os técnicos já discutiram muito a respeito e estão trazendo bastante idéias para contornar e mitigar esses problemas ecológicos em relação ao rio Madeira. Portanto, a principal pergunta que nós fizemos para os técnicos que se reuniam conosco era o seguinte: 'escuta, de cara eu quero uma resposta. Tem algum motivo para não construir a usina, algum motivo científico que impeça a construção? E até hoje eles nunca disseram: não, essa usina não pode ser construída. Apenas disseram: 'Ela pode ser construída e vai ter problemas na construção.' Quais são os problemas? 'Aí dependendo dos estudos e é isso que tem um pouquinho de demora, mas não inviabiliza a construção.' Aí vem a aquela questão da preparação da nossa equipe técnica do IBAMA que às vezes tem o olhar sobre a legislação de que esses estudos têm que ser definitivamente prévios. Ora, nós estamos perante um empreendimento que não há similar, então nós não temos como estudar totalmente. Então nós temos que fazer o máximo de estudos e depois, de certa forma também estaremos correndo riscos. Nós vamos ter riscos diversos, riscos de perder peixes, ou seja, certos peixes podem não subir ou não descer; riscos de que alguns aspectos da natureza possam sofrer mais, mas também teremos os riscos sociais que todo mundo vive.

Eu, quando escolho estudar Direito, eu estou perdendo Engenharia; quando escolho o curso de Engenharia, perco de fazer Direito; sei lá, um dia podemos até completar os estudos lá na frente, mas nós temos que ter escolhas, temos que ter opções e escolhas. E Rondônia, parece-me, já fez a sua opção de entregar o rio Madeira. Então nós temos agora apenas que esperar essas conclusões e acompanhar essa questão que o Comitê bem lembrou, o Deputado falou bem, de fiscalização posterior, quer dizer, o monitoramento dessa obra precisa ser contínuo. Eu acho que nós demos um passo muito grande nesse sentido, a todo tempo acompanhar os problemas que vão ocorrer a respeito, principalmente os problemas com os funcionários que serão contratados e lá na frente estarão desempregados. Isso dá para, num trabalho político, bem equilibrado, ir resolvendo e apontando caminhos e soluções. Então eu tenho muito que parabenizar a todos, aguardar que reuniões semelhantes continuem ocorrendo porque outros temas relacionados vão continuar acontecendo, e que essa comunidade política mantenha essa visão pró-futuro e pró-Rondônia para a alegria de todos, inclusive o respeito à nossa Amazônia que tanto merece.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neri Firigolo) – Agradeço as considerações finais do Dr. Ivo Benitez.

Nós temos a palavra, agora, do Jorge Luiz, que colheu as propostas e vai fazer suas considerações finais.

O SR. JORGE LUIZ – Gostaria de agradecer a presença de todos que estiveram aqui conosco até esse avançar da hora. No entanto, nós vimos aí que, apesar do companheiro Orlando, que faz parte do Comitê e visitou várias de nossas reuniões, mas por negligência nossa, a gente esqueceu, não totalmente, porque a maioria das nossas propostas ali também incorpora as comunidades e culturas tradicionais. Mas, Orlando, a gente vai abrir um processo aqui, já vão colocar as suas idéias, você é um companheiro nosso, tem participado, inclusive, junto conosco nessas audiências públicas e tal. A maioria das colocações feitas aqui, com exceção, inclusive, do que o Jones pediu, da casa de apoio, nós tínhamos até conversado, mas

ontem na sistematização das propostas, Jones, a gente realmente esqueceu da questão da casa de apoio, mas vamos colocar. A garantia das indenizações atingidas nós já colocamos isso, estamos defendendo essa parte, isso é ponto **sine qua non** nosso, defender esse ponto da indenização. Essa questão também da solicitação da Marinha de uma lancha para fiscalizar, isso aí a gente tem que verificar junto ao pessoal da Marinha, não é, Deputado? Se a gente pode fazer essa solicitação deles ao Ministério da Defesa para ver se eles podem fazer essa fiscalização. Eu não sei se isso aí a gente pode fazer, mas se for por intenção, nós vamos fazer.

Outra coisa que foi colocada aqui, esse Conselho de Desenvolvimento Urbano, que a nossa amiga companheira lá, Rosália, colocou, envolveu muita coisa em cima do investimento deles, eu acho que não cabe muito não, pessoal. Eu acho que não cabe, porque senão você vai discutir várias coisas e se perde o ponto principal, que é a questão das usinas. Já a criação desse Conselho nosso, para fiscalizar junto com o Ministério Público, Assembléia e Câmara, já está bem consistente e a questão da usina em si, dos investimentos em cima dessa usina.

Então eu acho que o Conselho de Desenvolvimento Municipal, o Vereador Wildes junto com o Kruger já colocaram isso para ser feito na Câmara Municipal. Isso aí é questão de um todo no desenvolvimento, não entraria, eles lá podem até incorporar o pensamento também das hidrelétricas, não é o nosso caso aqui que nós estamos vendo a questão das hidrelétricas, dos impactos e os danos que podem e vão acontecer. E a sugestão do Deputado Eduardo Valverde a gente já colheu aqui, quando a gente sistematizar isso e levar a Brasília.

E, como sugestão final, inclusive foi proposta nossa do Comitê, que todos esses pensamentos que nós tiramos daqui, apresentamos para vocês, se não tiver ninguém mais com nenhuma outra proposta e se vocês aprovarem, no dia 26 agora nós estaremos presentes também numa audiência pública no Senado, onde serão discutidas essas questões e nós levaremos todas as nossas propostas para finalizar, de tudo que nós já fizemos, lá apresentar junto ao pessoal de FURNAS e Odebrecht, com a bancada federal. E os Deputados que quiserem fazer parte desse intento também, irmos juntos, não é Deputado Jesualdo, Deputado Neri, Deputado Valter que está sempre conosco, a Deputada Daniela, não vou nem citar nomes porque a gente pode esquecer aqui e pode errar por isso.

Então, todos que quiserem ir, como os Vereadores fizeram, a gente pode, inclusive, levar essa proposta ir lá e a bancada incorpora isso, solicitar ao consórcio que incorpore isso à licitação. Se ninguém tiver nada contrário a gente vai só incorporar a proposta indígena, a questão que o Jones colocou e fechar o processo, para que não fiquemos na discussão, discussão, discussão e finalizar isso e a gente já partir já para a segunda etapa. Se não tiver nada a se opor acho que isso aí é interessante, Deputado Valter, o Vereador Kruger, inclusive participou brilhantemente lá em Brasília.

Aliás, pessoal, isso que eu queria dizer para vocês aqui, se tem uma coisa que tem que ser feita justiça é isso. Quem disse, que levantou a questão, através da imprensa, que os Vereadores foram passear lá em Brasília, é mentira isso aí. Eu acompanhei **-pari passu** esses nossos cidadãos que foram lá defender Porto Velho, defender a nossa comunidade lá. E lá estavam representando quatrocentos e oitenta e poucos mil moradores, eles estavam representando. Ninguém fugiu do processo, todas essas audiências estavam lá. Inclusive solicitaram outras e foram brilhantes. A Câmara dos Vereadores,

não está aqui o Presidente, mas estão aqui dois Vereadores presentes. Estão de parabéns e espero também nessa visita lá que se também puderem estar presentes. Não foi dinheiro gasto, não, foi dinheiro investido, pessoal. E lá, quem viu os vereadores andarem para cima e para baixo com o Deputado Eduardo e toda a bancada federal, sem distinção de nenhum deles, acompanhou e viu, tinha hora que a gente não agüentava de tanta coisa que tinha que ser feita. Audiência em cima de audiência, todos que estiveram conosco apoiaram o movimento, por isso que a coisa está como está, pessoal. Os Vereadores estão de parabéns, e também está a Assembléia por ter apoiado essa nossa decisão de apresentar para vocês e se fizerem também presentes é muito interessante, Deputado Jesualdo, Deputado Neri, o Deputado Valter, que estão aqui conosco e todos que estão apoiando o nosso Comitê.

Infelizmente, Deputado Valter, o seu nome não apareceu lá em baixo, aquilo foi feito bem no início do processo. O senhor está conosco nos apoiando, foi o único que apresentou pessoalmente três mil novecentos e cinquenta assinaturas, têm mais vinte mil que nós continuamos pegando assinaturas e isso corrobora conosco, todo o movimento, a sociedade de Rondônia está junto conosco.

Então, como proposta final, seria apresentar esse arcabouço de idéias que vocês viram aqui, que foi um extrato de todo o movimento, mais a proposta do Orlando e do Jones. E a gente apresentaria isso como modelo final para FURNAS e Odebrecht, com a bancada federal, a bancada do Estado de Rondônia, dos Deputados Estaduais e os Vereadores que quiserem se fazer presente também. Amanhã, pessoal, estará aqui o representante de FURNAS, um dos diretores de FURNAS, onde vai ser discutido também, novamente, vai ser falado a mesma coisa que nós apresentamos. E aí esse diretor vai discutir isso. Eu não sei se vale a pena entregar para ele amanhã. É melhor a gente ir lá e levar a Brasília mesmo, e mostrar que o povo de Rondônia está unido, a Assembléia, os Vereadores de Porto Velho e outros municípios que queiram participar, com a bancada federal. E se também, aí, junto conosco, o Ministério Público do Estado e Federal, o IBAMA estiverem juntos, muito bem, serão sempre bem-vindos.

Muito obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Neri Firigolo) – Nós queremos aqui, antes de encerrar, agradecer a presença de todos os senhores, a Mesa especialmente, que estavam aqui debatendo, os Deputados que fizeram parte, toda a sociedade. E dizer que a nossa intenção foi de contribuir com o Estado de Rondônia até porque nós moramos aqui já há trinta e cinco anos e escolhemos o Estado para viver. Eu acho que quando interessa ao Estado, interessa a todos nós, principalmente quem tem mandato, quem tem cargos públicos, eu acho que essa é uma divisão com todos os trabalhadores do Estado de Rondônia também, porque o Estado é feito de Poderes, de instituições e assim por diante.

Agradecer o grande trabalho que foi feito pelo Presidente do CREA, pelo Deputado Jesualdo, que fez esse trabalho, o Comitê, ou seja, em nome do Jorge Luiz, agradecer ao Presidente o que está na questão do comércio que está conosco aqui, o Procurador de Justiça que nunca, todo tempo que eu conheço é sempre dedicado a essas questões, todas as pessoas, Vereadores que estão aqui, os Deputados que participaram, a sociedade, os jornalistas, enfim, todos que estão aqui, pelo debate que eu acho que teve seu caminho já iniciado

e, com certeza, vai somar muito mais pessoas e quem tende a ganhar com isso é a população.

Eu acho que o importante de tudo isso é que a gente atinja o objetivo final, que é o trabalhador, é o que mora em Rondônia, enfim, a gente possa evitar problemas, porque o Estado é feito de cidadão, é feito de instituições. E nós que temos mandato, temos a obrigação de ajudar a fazer isso. A minha intenção, juntamente com os Deputados do PT, foi apresentar isso, até porque eu vivi num passado uma experiência no Paraná e que foi um caos bom, como eu disse, e que nós podemos hoje fazer, como disse o Deputado Eduardo Valverde, é um trabalho que possa servir de espelho para o Brasil em outros empreendimentos.

Obrigado a todos. O horário já é bem avançado e me coloco à disposição de todo mundo aqui. Muito obrigado.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 13 horas e 23 minutos).

ATOS DIVERSOS

ATO/ADM/GP/Nº 2005/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e, nos termos do Artigo 10, da Lei Complementar nº326, de 10 de novembro de 2005, resolve:

NOMEAR

ADEMIR OLIVEIRA GOMES, no Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-26 + GRG, no Gabinete da Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, a partir de 01 de junho de 2007.

Porto Velho, 13 de junho de 2007.

**- Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira -
Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº 1948/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e, nos termos do Artigo 10, da Lei Complementar nº326, de 10 de novembro de 2005, resolve:

NOMEAR

ANA MARIA CARDOSO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-10, no Gabinete do Deputado Neri Firigolo a partir de 1º de junho de 2007.

Porto Velho, 13 de junho de 2007.

**- Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira -
Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº 2002/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

NOMEAR

BRENO MENDES DA SILVA FARIAS, no Cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Gabinete, código DGS-3, no Gabinete da Liderança do Partido Trabalhista Cristão - PTC, a partir de 01 de junho de 2007.

Porto Velho, 13 de junho de 2007.

**- Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira -
Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº1996/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e, nos termos do Artigo 10, da Lei Complementar nº326, de 10 de novembro de 2005, resolve:

NOMEAR

CLAIR RIBAS DE AQUINO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-02, no Gabinete da Liderança da Bancada do Partido Progressista, a partir de 1º de junho de 2007.

Porto Velho, 13 de junho de 2007.

**- Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira -
Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº 1906/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

NOMEAR

CLENIO CARLOS PEREIRA MELO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-26, no Gabinete da Liderança do Partido Trabalhista Cristão - PTC, a partir de 01 de junho de 2007.

Porto Velho, 12 de junho de 2007.

**- Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira -
Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº2000/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e,

nos termos do Artigo 10, da Lei Complementar nº326, de 10 de novembro de 2005, resolve:

NOMEAR

INGRID SUELEN SOARES DE CARVALHO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-14, no Gabinete da Liderança da Bancada do Partido Progressista, a partir de 1º de junho de 2007.

Porto Velho, 13 de junho de 2007.

- **Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira - Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº 1935/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

NOMEAR:

JOVELINA DAS GRAÇAS SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AST-05, na Área Administrativa da Presidência, a partir de 01 de junho de 2007.

Porto Velho, 12 de junho de 2007.

- **Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira - Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº 2024/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e, nos termos do Artigo 10, da Lei Complementar nº 326, de 10 de novembro de 2005, resolve:

NOMEAR

LUIZ ANTONIO FRACALOSSO NETO, no Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-23, no Gabinete do Deputado Jair Miotto, a partir de 01 de junho de 2007.

Porto Velho, 13 de junho de 2007.

- **Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira - Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº1995/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e, nos termos do Artigo 10, da Lei Complementar nº326, de 10 de novembro de 2005, resolve:

NOMEAR

MARCOS ANTONIO PEIXOTO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-

30, no Gabinete da Liderança da Bancada do Partido Progressista, a partir de 1º de junho de 2007.

Porto Velho, 13 de junho de 2007.

- **Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira - Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº 2004/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e, nos termos do Artigo 10, da Lei Complementar nº326, de 10 de novembro de 2005, resolve:

NOMEAR

MARIA AUXILIADORA G. ABREU LOPES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-09 + GRG, na Comissão de Constituição e justiça e de redação a partir de 1º de junho de 2007.

Porto Velho, 13 de junho de 2007.

- **Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira - Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº 2010/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e, nos termos do Artigo 10, da Lei Complementar nº326, de 10 de novembro de 2005, resolve:

NOMEAR

ROSANGELA SALDANHA DE AZEVEDO GAIDA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-04+GRG, no Gabinete do Deputado Wilber Coimbra partir de 1º de junho de 2007.

Porto Velho, 13 de junho de 2007.

- **Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira - Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº 2023/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e, nos termos do Artigo 10, da Lei Complementar nº326, de 10 de novembro de 2005, resolve:

NOMEAR

SANDRA APARECIDA NUNES CAFE, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-15, no Gabinete do Deputado Luizinho Goebel partir de 1º de junho de 2007.

Porto Velho, 13 de junho de 2007.

- **Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira - Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº 1950/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e, nos termos do Artigo 10, da Lei Complementar nº326, de 10 de novembro de 2005, resolve:

N O M E A R

SEBASTIÃO DE ARAUJO BARRETO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-23, no Gabinete do Deputado Neri Firigolo a partir de 1º de junho de 2007.

Porto Velho, 13 de junho de 2007.

**- Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira -
Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº 1905/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

N O M E A R

TATIANE DA SILVA RAVANELLO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-26, no Gabinete da Liderança do Partido Trabalhista Cristão - PTC, a partir de 01 de junho de 2007.

Porto Velho, 12 de junho de 2007.

**- Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira -
Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº1997/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e, nos termos do Artigo 10, da Lei Complementar nº326, de 10 de novembro de 2005, resolve:

N O M E A R

WALDERLY FONSECA PIMENTA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-26, no Gabinete da Liderança da Bancada do Partido Progressista, a partir de 1º de junho de 2007.

Porto Velho, 13 de junho de 2007.

**- Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira -
Presidente**

EDITAL DE LICITAÇÃO**ADENDO MODIFICADOR AO EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA N. 001/2007/ALE/RO**

Considerando que em 18.05.2007, o Ministério Público Estadual ingressou com Ação Civil Pública, Processo n. 001.2007.011154-

4, movido em face da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, em transcurso na 2ª Vara da Fazenda Pública, pleiteando a anulação do Certame Licitatório n. 001/2007/ALE, bem como a suspensão dos trabalhos em sede de Liminar deferida;

Considerando a realização de audiência de conciliação na data de 23.05.2007, onde houve amplo debate sobre as cláusulas contidas tanto no Edital quanto na Minuta do Contrato, onde as partes, em consenso, ponderaram em diversos pontos;

Considerando a necessidade de vinculação do edital orientado nas regras da **efetividade e economicidade**;

Considerando a participação do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, bem como do Ministério Público que atua naquela "*Corte de Contas*" na segunda audiência de conciliação realizada na data de 01.06.2007;

Considerando a observância que há anos não há licitação para aquisição de serviços de publicidade em órgãos públicos no Estado de Rondônia.

A Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, por intermédio da Comissão Especial de Licitação, devidamente nomeada, comunica aos interessados que tenham adquirido o Edital acima mencionado, que o referido instrumento convocatório sofreu alterações, conforme abaixo:

DAS MODIFICAÇÕES NO EDITAL

- Com relação ao Preâmbulo a alínea "c" sofreu alteração;
- O Item 8.1 sofreu alteração;

- **Foram acrescentados os itens 8.1.2 e 8.1.3; e**
- **O item 14.4.6 sofreu alteração.**

DAS MODIFICAÇÕES DA MINUTA DO CONTRATO - ANEXO

X

- **Foram acrescentados os itens 2.2, 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.3;**
- Os Itens 5.1.2, 5.1.8 e 5.1.8.2, tiveram sua redação modificada;
- Considerando a exclusão da redação dos itens 5.1.7, 5.1.7.1 e 5.1.15 do edital original, houve renumeração dos itens seguintes;
- Foram acrescentados os itens 5.2, 5.2.1, 5.2.2, 5.2.3, 5.2.4, 5.2.5, 5.2.6, 5.2.7, 5.2.8, 5.2.9 e 5.2.10;
- Foi acrescentado o item 6.1.7; e
- Os Itens 10.1.3 e 10.5 tiveram sua redação alterada.

Desta forma os licitantes deverão procurar a Comissão Especial de Licitação da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, na Rua Major Amarantes, 390 – Bairro Arigolândia, Porto Velho/RO, para retirar o novo Edital e demais Anexos.

Face ao exposto, fica designada a sessão inaugural, para recebimento dos envelopes de documentação e propostas, para o dia 11 de julho de 2007, às 10 horas, no mesmo local indicado acima.

Porto Velho, 02 de julho de 2007.

CELSO CECCATTO

PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO/

ALE